



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PRESIDENTE: EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 13/09/2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Boa tarde a todos, a todas. Com a presença da Vereadora Juliana Cardoso - que já convido a fazer parte da Mesa -, e regularmente convocada, declaro aberta a 8ª Audiência Pública da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. O tema de hoje é: *Cuidado Público Com Os Nossos Mortos*.

Informo que esta reunião está sendo transmitido através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, www.camara.sp.gov. *link auditórios online*.

Vamos compor a Mesa: Dra. Eliana Vendramini, Promotora do Ministério Público; João Batista Gomes, representante do Sindsep; Raphael Buongiorno, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Coordenador do Direito à Memória; e Tereza Lajolo, Comissão Municipal da Verdade.

Foram convidados alguns representantes, não sei se já chegaram. Eu vou chamá-los: Dimitri Sales, do Condepe, ainda não chegou; Ivanise Esperidião, Mães da Sé, venha compor a Mesa; e Vera Lúcia, da ONG Mães em Luta. Está presente algum representante do Serviço Funerário Municipal? (Pausa) Não.

Vamos começar com a Eliana Vendramini. Como será uma apresentação, você terá dez minutos; e os demais terão cinco minutos. Então ouviremos o público e voltaremos novamente, cinco minutos para cada, para a fala final. Tudo bem? (Pausa)

A SRA. JULIANA CARDOSO – Presidente, pela ordem. Vou quebrar um pouquinho o protocolo.

Eu não vou conseguir ficar até o final da audiência, haverá uma reunião em SIURB agora, às 16h, e estou um pouco atrasadinha. Trataremos de um assunto que também é de urgência. Infelizmente a Prefeitura, neste período, quer retirar 800 famílias da região de São Mateus, e nós conseguimos uma reunião emergencial com o Secretário.

Queria então dizer o quanto é importante a doutora jogar luz nessa questão das ossadas. A gente sabe que aqui na Câmara Municipal tivemos um embate político pra que não

houvesse a privatização dos cemitérios. Em que pese tenha havido pouca escuta sobre o assunto, a gente já vê que, aprovado o projeto e sendo sancionado como foi, abriu as portas para um tipo de situação absurda. A situação me foi passada ao dialogar com o Adriano Diogo, que se organizou para poder, junto com as igrejas, fazer um abaixo-assinado intenso para, neste primeiro momento, dar uma barrada nessa questão, pra que não houvesse incineração dessas ossadas, que começaria pelo Cemitério da Quarta Parada.

Para nós essa é uma situação cara principalmente quando está aqui presente Tereza Lajolo e outros companheiros, como o descobridor das ossadas, o Toninho. Ele foi a primeira pessoa, o primeiro a descobrir as ossadas de Perus. Ali visualizamos, vimos que ainda havia presos políticos desaparecidos, que as famílias procuravam enlouquecidamente os corpos para, de fato, fazer o velório e enterrar seu ente querido.

Então acho que essa ação da doutora foi importante – via Ministério Público - em que pese a Prefeitura que é quem deve dar autorização, levando a comunidade a se organizar com o abaixo-assinado para não deixar acontecer incineração, neste primeiro momento. Em que pese a gente saiba que haja outros pedidos para outros cemitérios, vamos ter de nos mobilizar pra que não haja a perda dessa nossa memória. Há vários jovens desaparecidos que, até hoje, as mães procuram. Quantas pessoas estão desaparecidas e suas famílias estão procurando até hoje?

De fato é muito importante que a gente jogue luz nesse tipo de ação, ação que está acontecendo e que consigamos, de fato, ter instrumental no Parlamento para poder barrar, junto com a comunidade, junto com os movimentos sociais que estão no entorno, e então poder dar conta dessa questão.

Inclusive, recebemos exemplar – e já deixamos para a Comissão - do relatório da Unifesp. Nele há diálogo entre as pessoas dizendo que a polícia mata, diz que houve reação ou some... Pelo relatório pudemos comprovar 12 anos de muita luta das mães, de pessoas que moram na periferia dizendo que a polícia, infelizmente, mata a nossa juventude. Mata primeiro

para depois perguntar o nome.

Hoje a gente recebeu esse exemplar da Unifesp, vamos colocá-lo na Biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo para que fique o exemplar conosco.

Então quero agradecer, mais uma vez, e me perdoem, não posso ficar muito tempo, mas se a reunião terminar logo, eu volto para poder registrar os *finalmentes* e fazer os encaminhamentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra a Promotora do Ministério Público, Dra. Eliana Vendramini.

A SRA. ELIANA VENDRAMINI - Eu queria agradecer, em primeiro lugar, a presença de todos porque, quer queira quer não, esta Casa é nossa, somos cidadãos, cidadãs e ela nós é franqueada por pessoas muito especiais, por Vereadores especiais que abrem as portas para o debate porque se a pauta não existe, nós não temos inclusive a possibilidade de oficializar esse encontro, por exemplo, com acessibilidade, isso é incrível e é também muito importante para sociedade; também com gravação pública e com escuta qualificada.

Então agradeço aos cidadãos, às cidadãs e aos nossos Vereadores que abriram essas portas, lembrando que, além dos que nós vemos aqui, há um histórico sobre a questão do recente pedido para cremação de ossadas. Quero lhes contar para que fique bem claro como tudo ocorreu, e o que nós, enquanto causa específica de desaparecimento de pessoas na época da ditadura até a respeitosa democracia, temos com relação à temática.

- A oradora passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

A SRA. ELIANA VENDRAMINI - Então eu já começo, na verdade, com uma fotografia de Perus, que é emblemática não só pelo respeito a este espaço e às pessoas que o ocupam, enquanto cadáveres, agora.

Primeiro: no cadáver reverbera o direito das pessoas que se foram, e também o direito de suas famílias que está sendo violado. Segundo: nós - dentro das pautas possíveis,

toda audiência tem de ter um encaminhamento e esse é o nosso objetivo - discutimos muito a questão da altura, da profundidade das valas que são destinadas aos que menos podem falar. Seja porque são indigentes e, nessas circunstâncias, não há como custear a inumação; seja porque não são identificados – indigentes ou não - seja porque não reclamados, ou não acompanhados durante a morte. A família nem sabe que estão sendo inumados.

Então a questão da altura das valas, além do respeito a esse local, que acaba sendo - a gente fala muito disso, Raphael - é um espaço metafórico e drasticamente - tanto dos desaparecidos da ditadura quanto na democracia - e vou explicar -, a questão das valas é em relação à falta de respeito que o poder público tem despejado nas costas dos sepultureiros. Os sepultureiros trabalham quatro por quatro, em horários extremamente estendidos. E para os que menos podem, as valas serão curtas. Digo mais, temos fotografias de corpos eclodindo, em tempo de chuva, nessas valas, dado esse tipo de situação.

Recentemente, eu e uma colega que é especialista em Direito à Memória e à Verdade e em Patrimônio Público Cultural, é isso a gente precisa entender. Penso que o pedido que ocorreu pela municipalidade passa também por esse grave desconhecimento de que o desaparecimento de pessoas é uma temática sim que tem de ser - como mostra a amostra da Tomie Ohtake, o AI5 Continua Acontecendo – pensada também quanto ao desaparecido civil. Por quê? Porque hoje o desaparecido civil está intimamente atrelado - pelos trabalhos científicos que nós desenvolvemos - especificamente à população vulnerável. Não é que outros não desapareçam, mas aí o Estado atua com mais atenção. Agora, se isso acontece em locais onde o Estado já não está presente levando Saúde, Educação, Segurança, lazer e todo o restante necessário em meio público, imaginem com relação à atuação da segurança de alguém cuja família, já em situação extrema de vulnerabilidade emocional, econômica, vai passar também pelo desrespeito, que é o atendimento policial. E não porque os policiais são ruins. Acho que isso tem que ficar claro: a maioria é boa, por isso que a gente tem esse tipo de possibilidade de diálogo. Mas é porque o desaparecimento foi alocado na

delegacia como notícia, historicamente desde a época da ditadura até agora, mas, per si, não é crime. Aí o policial acha que está fazendo um favor. Mas não é um favor, é um ato público essencial alocado na delegacia devido o faro investigativo. Mas continua sendo um ato obrigatório, de extremo dever. Nós estamos falando de uma pessoa humana. Agora, no Brasil, a gente é obrigado a redundar várias vezes: pessoa humana! Eu tenho que fazer isso porque parece que é pouco! Quando a gente pede a cadeira do Luiz XV, a gente procura saber quem é o dono, a gente sai correndo.

Na época das audiências públicas da Comissão da Verdade, a Tereza Lajolo está aqui para não negar a relação na Comissão da Verdade Municipal – o que eu lhe dizia? Carteira todo mundo busca o dono, cadáver não! E principalmente se for morador de rua, se for vulnerável, se a mãe que tá reclamando, não sabe explicar o juridiquês. Tudo isso é muito grave.

Nós estamos tentando expandir esse conhecimento para todo mundo porque infelizmente se nós fizermos um debate, um diálogo – e não é uma questão de educação formal - com qualquer pessoa, com qualquer tipo de formação, vocês vão ouvir muito pouco sobre o que é uma ossada, e isso para nós todos: cidadãos e cidadãs. A ossada, ela é patrimônio nosso. Em primeiro lugar, ela é da família, mas se a família não está ou não pode estar, é nossa. E nós, brasileiros, somos um pouco tacanhos nesse sentido. Adoramos ver a pirâmide do Egito, que é um patrimônio cultural e histórico daquela nação, mas a gente não... A gente vai num Cemitério da Argentina, e não percebe que nós temos uma história profunda que diz como a gente foi e como nós queremos ser. O que a gente quer com esse espaço é saber que a gente quer ser, e não dá para destruir o passado, não dá! Ele faz parte da verdade, e a gente não vai deixar para traz dessa vez.

O que nos deixou alerta em relação a cemitérios, e isso já faz cinco anos, é que quando nos deparamos com a temática do desaparecimento, que não é uma temática realmente nova, mas parece que não querem nos ensinar sobre ela nos bancos das

faculdades, entende? Mas agora a gente já tá incluindo, viu Raphael? A gente se encontrou na faculdade, nosso histórico começa na faculdade, e agora estamos incluindo como matéria.

O que nós descobrimos, entre os possíveis desaparecidos vivos e possíveis desaparecimentos infelizmente vindos do falecimento, e que nós vamos ter que estudar as duas áreas. Quando a gente vai estudar a área dos falecidos nos deparamos com dois órgãos importantes: IML e SVO. Um fazendo necropsia em mortes violentas ou em rua, sem nome, porque são consideradas mortes suspeitas; e outros com morte natural, com nome meio fechado, que é o Serviço de Verificação de Óbito. Começa aí um grande problema. Serviço de Verificação de Óbito, vamos de novo à consulta pública em meio a rua, não é uma questão de educação formal. Você pega um pós-doutor e ele não sabe que o Serviço de Verificação de Óbito existe e o que faz. Ele não sabe! Mas ele tem que se fazer presente, ele tem que indicar porque ele guarda corpos, necropsia e guarda por 10 dias corpos de pessoas cujas mães – que a Ivanise nunca me deixe esmorecer – cujos parentes, cujos pais, cujos irmãos estão procurando. “Ué, Eliana, mas você não falou que na necropsia das pessoas tem de ter nome, que tem que estar identificado e que morreu em meio fechado?” Falei, mas essas pessoas *redesapareceram*, que é também um neologismo que a gente criou dada a gravidade do fato. Elas desapareceram.

Apareceram mortas, desacompanhadas, com nome. Passaram pelo serviço e o serviço não contactou a família. Elas estão em Perus e não foram poucas. Atualmente, vige sob nossa lavra uma ação civil pública contra o Estado por este dano moral.

Será que não tivemos certa banalização desse mal, que vem desde a ditadura até agora? Há gente que me pergunta: “Mas, você está tão preocupada com isso? Achou. Está lá no cemitério.” Ah, e os segundos que a família vive? Não é sua, não é? E a ossada, que só pode ser tirada de lá depois de três anos? Por quê? Por questão de Saúde Pública, sanitária. E o traslado, como é que vai ser? E a lápide? E a ressignificação por meio de luto, que faz ir em frente? Essas famílias perderam esse direito.

Infelizmente – ou felizmente – descobrimos e vamos mudar isso. O que queremos? Mudar. Este é um espaço de mudança. É uma crítica construtiva. Foi isso o que aconteceu e que nos fez ficar muito alertas. Inclusive, vejam: nós temos casos de 15 anos de pesquisa de uma ossada, por exemplo, que passou pela equipe de antropologia do IML – que é muito boa e reclama que não tem muito como trabalhar com antropologia porque não tem um sistema integrado de dados. Eles só verificam quando já sabem quem é aquela pessoa. Eles fazem uma confirmação antropológica de uma identidade – e nós queremos identificar pessoas não identificadas por meio da antropologia, mas esses dados não são compilados por esses profissionais.

No último mês, com uma pesquisa que vigeu por nove meses, nós tínhamos a ossada de um parente cujo ossário particular era pago pela família, mas não se tinha certeza de que era ele, porque o laudo da morte dele, quando encontrado o corpo, era um laudo que por quatro vezes mudou a cor da pele e por quatro vezes mudou o sexo. Diziam: “Não, é ele porque tem um RG no bolso.” Gente, gente! Infelizmente, eu preciso lhes dizer que a realidade tem um lado difícil, que é a realidade da área criminosa. Nós vivemos sob a égide de grupos criminosos, também, principalmente em cemitérios. Então, não dá para confiarmos em um RG, assim como o próprio SVO não deveria confiar só no RG que está no bolso do cidadão que ele necropsia.

No Rio de Janeiro, houve um criminoso reincidente, do tráfico do Rio. Posso falar porque esse fato é público e notório. Mudou o RG de um corpo – que ele providenciou que, então, morresse – para que passasse pela necrópsia, enterrasse e ele ficasse livre dos 10 processos pelos quais ele respondia. Saibam vocês que no direito penal há discussão sobre se esse processo pode renascer ou não, porque ele transita em julgado. Aí, ele só é punido por uso de documento falso. Oh, uma saída inteligente!

Então, se alguém tem de alertar isso para o serviço, que é médico, é quem é do Direito. Se alguém tem de conversar, somos todos nós, porque nós não sabemos tudo. Nós

precisamos entender que o conhecimento bom é interdisciplinar. O inteligente segue a interdisciplinaridade.

Foi, então, que ficamos alertas. Essa ossada do André Jerônimo acabou sendo trabalhada pelo IML, descoberta como misturada com ossadas de mulheres, com duplicidade de ossos que não são duplos no corpo. Então, a família não só descobriu que não pode descobrir se é ele, como descobriu que os ossos que eles entregaram estavam misturados. Isso tudo tem que fazer com que comecemos a cobrar uma memória, organização daqui para trás e uma mudança daqui para frente.

Aí, eu lhes trago aos fatos recentes. O cemitério é local público e, ainda que se concessione o serviço, ele permanecerá público. Em janeiro deste ano, ainda por reclamação, por ser férias – escolares, que eu saiba –, eu estive na Secretaria de Desestatização e Parcerias do Município. Fui recebida por uma equipe de oito advogados, além de um assessor do Secretário, me perguntando se eu estava ali porque eu era contra a concessão. Eu disse: “Não, eu sou contra concessão que age como se particular fosse, primeiramente não atentando para a fiscalização, que é direito e dever. Primeiramente, é dever, dever-poder do Estado, Ministério Público. Segundo: eu vim aqui alertá-los de que há oito problemas. Eu avisei. Foram oito problemas que eu pautei. Um deles é: existem corpos de pessoas não reclamadas e não identificadas, o que eu passei a ensinar porque eu aprendi - não é porque eu sou magnânima, não, mas porque eu aprendi. Eu vou lá toda semana. Isso é um patrimônio. Vocês estão pensando que vocês estão concessionando isso?” Responderam: “Não.” Eu falei: “Mas, estão – e eu estou de olho. Foi só isso que eu quis vir falar.”

Então, contemplem isso na concessão, porque concessão não é só o bônus. É ônus. Nesse caso, seria um bônus com uma alma grande de qualquer gestor público ou particular, porque ele está cuidando de um patrimônio histórico. É que museu não nos deixa muito falar desse orgulho ultimamente, mas ele está, mesmo, cuidando de patrimônio histórico. Devia ter orgulho de pegar isso e fazer um memorial, como o Chile fez – a destempo, mas fez.

A Argentina faz. O Brasil não faz. O Brasil não tem conseguido. Está começando a fazer. Dali para frente, como se faz? Diz-se: “Olhem, cuidado! Nós temos fotos. Vamos mostrar para vocês.”

As ossadas estão assim, em Perus. Se eu mostrar para o senhor, esta é uma foto que não tem fim. Se eu tiver de acessar uma ossada lá de trás porque, eventualmente, uma família suspeita que a ossada do seu familiar está lá atrás, só conseguirei se eu for “sepultureiro-tatu”, porque não dá mais para ir por aqui. Eu tenho de abrir um buraco lá, na parte de trás desse *bunker*, que é subterrâneo. Estão arrumando agora. É subterrâneo. Tenho de fazer isso para chegar à tal ossada, que, provavelmente, antropologicamente, está destruída, porque não se guarda ossada assim.

E mais: este dedinho, aqui, que vos fala, é meu. Olhem, lá: caiu a identificação. Isso não é “não identificado”. Isso é erro de cuidado. Isso é falha pública e foi justamente nesse contexto, que já estava posto em Perus, que viria, também, certamente, um reclamo de espaço público: “Precisamos arrumar o espaço. Vamos cremar, logo.” Iam embolar essa ossada, aí. Eu não sei de onde vem isso, aí. Eu não sei. Isso é patrimônio público se a família ainda não sabe – ou vai deixar de saber, porque, segundo eles, tinha identificação. É que caiu, porque colocaram em um papel sulfite. Até eu, que não fiz química, sei que papel sulfite vai cair daquele barbante. Alguns usam arame. Cada um é de um jeito. Eu tenho uma foto, que não está ali. Os papéis estavam pelo chão. Eu não sei.

Eu entrei lá com autorização, mas foi bem difícil. Eu entrei como Promotora, e não como Eliana. Já na Quarta Parada não entrei. Não me autorizaram como Promotora. Isso eu coloquei nos autos. Agora, isto não é “não identificado”. Sendo ou não, é tudo grave. É nosso. Não é possível que a população – que fique guardado, que fique publicizado da melhor forma possível – não se preocupe com isso. Da Quarta Parada veio agora.

Outra coisa é que eu peguei os dados. Para ser bem honesta, para não dizerem que eu vim neste momento, que é um momento sensível popular de escolha de

representantes, eu digo que eu estou aqui como Ministério Público – mas, também, como cidadã, porque a causa me move muito – porque houve um pedido da Municipalidade, que data de 19 de fevereiro deste ano, 2018. Eu tenho os autos em mãos. Eu só não os mostro porque eles são sigilosos, mas essa data pode ser dita. Estes autos tramitaram até junho de 2018, quando eu fui conversar. Então, não fui eu. A Sra. Juliana falou que fui eu. Não, não fui eu.

Fui conversar com promotores de Registros Públicos, que são três. Falei: “Vocês concordaram com a cremação de ossadas de pessoas não identificadas?” Eles disseram, meio assim: “Sim.” Eu falei: “Então, esse assunto é muito mais profundo.” Há este provimento. Não é lei, não. É um provimento do Tribunal de Justiça de 1993. Nem é tão antigo, para quem não conhece uma Constituição Cidadã, que as ossadas são, por Constituição Federal, patrimônio público. Houve um pedido para cremação, para usar espaço público.

Perguntaram: “Qual era o erro, Eliana?” Estavam de boa fé. Eu disse: “Olhem, gente, a questão é muito mais profunda. Nós temos no site do Ministério Público, publicizado, que nós encontramos inúmeras famílias cujos parentes estavam enterrados lá, ou cujas ossadas estavam ali, e elas os estão procurando como desaparecidos oficialmente, com Boletim de Ocorrência nominal. Imaginem os não nominados, de morte natural ou violenta, com Boletim de Ocorrência de desaparecimento – e ninguém cruzou os dados. Vocês vão cremar? Primeiramente, vocês vão cremar patrimônio cultural, a pirâmide do Egito. Segundo: vocês vão sumir com a última possibilidade de um encontro dessas famílias.”

Porém, acontece isso? Então, é isso. Quem está mais próximo aos fatos, além de aprender com isso, por ter de estar sempre muito atento a esses pedidos, tem de ir um pouco além, mesmo, ser um pouco desconfiado. Disseram: “Mas, olha, Eliana, esse argumento é sedutor, é inteligente. Há um provimento do TJ, na falta de lei, que permite.” Falei: “Há, mas, por isso, nós vamos concordar?” E outra: o pedido vigia desde junho, então, e seus autos estão tramitando até hoje, em época política, sim. Então, não é por isso que vamos poder ficar quietos, porque, senão, eles iam cremar. Nós tivemos de agir.

O que aconteceu? Eles colocaram lá pessoas que não eram “não identificadas”, ossadas de pessoas cuja identificação era de papel sulfite e caiu. Sabem o que eles disseram? “Pessoas não identificadas. Está nos autos.” Não é isso. De certa forma, a juíza me disse – e ela tem razão: “Eu fui enganada.” Foi, mas é que nós também temos de sair do gabinete. O juiz não tanto, porque ele é imparcial e precisa tomar cuidado com isso, mas nós, promotores, precisamos sair do gabinete. Nós defendemos a população. Quem vai ao cemitério, vai ver na hora isso. Eu fui. Eu vou a todos.

Como é que você diz para um juiz e para os promotores que são corpos de pessoas não identificadas e a identificação caiu? Você sumiu com ela. É seu caso. Sumiu. Culposa ou dolosamente, você sumiu. Aí, eles abriram o olho e falaram: “Bom, você pode se manifestar nos autos?” Aí, entrou a Eliana e, além da Eliana, entrou a sociedade, unida pelo Condepe, que é o Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Humana. Entraram as Mães da Sé, assinando, também – e eu pedi ajuda mesmo. Entrou o Instituto Interamericano de Direitos Humanos, o ILADH, cujo Dr. Dimitri foi citado aqui hoje e provavelmente só não está aqui por dificuldade de presença.

Esses três tinham legitimidade suficiente para parar tudo, porque eu não ia passar por cima dos colegas que já tinham se manifestado. Não se pode fazer isso, mas, logo depois, os próprios colegas pediram: “Gostaríamos que o PLID, o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos, se manifestasse nos autos, porque há uma matéria de fundo que é da especialidade deles.” Daí vim eu. Isso tudo vige até hoje.

Então não dá para esperar a eleição para falar disso. Não dá. O que a Juíza fez por bem, até que ela ouça agora a manifestação, o que tem de manifestação agora depois de tudo isso que entrou nos autos, seja pelo olhar das entidades públicas, seja pelo Ministério Público, o que a Juíza pediu agora é que o Serviço Funerário diga o que quer fazer. E ela suspendeu a autorização da cremação. Então essa foi uma vitória nossa. Da sociedade. Ela suspendeu e a municipalidade, pela superintendência e serviço funerário, não se manifestou. Mas, sejamos

honestos, vem dialogando com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha para entender onde possivelmente errou, e para, definitivamente, que entremos em uma cultura – esperamos -, de memória e verdade, que é fazer ossário vertical com essa história. Olha, vocês sabiam? Daqui a pouco vamos contar, que nos anos de “x”, “y”, “z” faziam isso com as ossadas. E que paradoxalmente essas ossadas são sempre das pessoas menos afortunadas. E que pediram judicialmente para cremar ossadas de pessoas que eram identificadas, mas perderam a identificação, então a família não está sendo avisada. Porque ao lado vocês encontram o pronto provimento do TJ, que regula ossadas identificadas e não reclamadas, que poderiam ser essas em que caiu o papelzinho. Para isso tem todo um procedimento e um deles pede que três vezes a família seja notificada. Porque, inclusive, eles alegaram no processo. “Não! São famílias insidiosas, que não vieram buscar. Primeiro que a gente não fala assim de ninguém. Elas podem nem ter como chegar lá. Estou errada? É fácil vir de Perus? Não! Então tá.

Segundo, porque eles não juntaram nenhum dos que tinham papezinhos que eles avisaram. Eu queria o procedimento inteiro, ia ficar desse tamanho. Quero os três editais, quero a notificação, quero a procura do endereço. É isso que fazemos para encontrar pessoas. Não espera elas baterem na porta. Elas não vão bater, mesmo porque certamente há uma diversidade para isso estar acontecendo. Pode ser uma adversidade de saúde, de violência urbana, pode ser qualquer coisa, mas ela não bate na sua porta e não estava nos autos. Então nós entramos...

Pode seguir, volta uma, outra, outra e outra. Entramos nos autos. Explicamos, além de tudo o que já estava magistralmente escrito pelo Condepe, pelo ILADH e pelas Mães da Sé, realmente, é um ensinamento sobre patrimônio público cultural e sobre Direitos Humanos. Nós explicamos o que já descobrimos em meio a essas ossadas e quanto o pedido era - não sei se realmente foi falta de conhecimento, o meu analista chegou a dizer que era o jogo dos sete erros - tinham duas petições da mesma superintendência explicando coisas diversas. Ora que tinha informação, identificação e caiu. Ora que era tudo sem identificação. Ora que eram mais

ou menos 1600, ninguém abriu.

Mais um para frente, mais um, ninguém abriu isso aqui. É isso aqui, é aqui que estão a ossadas. Ninguém abriu. Se abriram – e eu vi a foto dos autos, isso posso lhes contar, só não posso lhes mostrar –, tem uns dois saquinhos para fora, que são grandes, pesados. O resto está tudo entulhado lá embaixo sendo destruído. E não dá pra contar. O máximo que eu fiz foi com uma antropóloga, porque eu baixo a minha orelha para qualquer tipo de ciência profunda, eu não sou antropóloga, foi a gente medir pé por pé, porque eu não tinha trena e ninguém podia arranjar para a gente. Por pés, a largura e altura, pedimos oficialmente a profundidade, que é tudo aproximado desse *bunker*, para chutar aproximadamente. Todo chute é aproximado, quando a gente quer acertar. Quantas ossadas têm aí? Não tem 1600. A conta não bate. Além de não bater. Ai eles mudavam o pedido. Eles não sabem quem está aí. Sabe por quê? Afortunadamente em Perus dá para fazer um belo trabalho de memória, porque os livros são bons. Todo o corpo que é, são todos subscritos não tem nada digitalizado, mas você encontra o dia e a hora em que pegaram aquelas ossadas e passaram para o ossário geral. Lá não. E nós temos prova documental disso. Não sei! E teria de saber. Se foi uma transferência de ossada que a família não foi buscar, naquele dia, naquela hora, transferência. Mas ai vocês falam: “Ah, não era da época”. Era sim. Porque tem vários particulares que tem isso na época. A gente provou tudo isso nos autos. Agora a Juíza está realmente desesperada. Falou: “Por que fazer desse jeito?” Ah, e tem mais, liberaram esse espaço em 2006. Por que ele está apertado de novo? É estranho, foram duas mil e tantas, em 2006, e a gente não ficou sabendo. Já aconteceu, e infelizmente, já *redesapareceram* com o nosso patrimônio, tipo pegou fogo no museu, mas avisado. E aí, não só tinha só esse espaço, como conversando oficiosamente, inoficiosamente, o sepultureiro virou para o administrador do cemitério, que tinha acabado de ser coagido por telefone por uma pessoa do serviço funerário, da Superintendência, porque eu vi, ele estava todo solícito depois ele falou: “Para, doutora!” Eu disse: “Mas, espera aí, eu não estou aqui como Eliana, esquece! Estou aqui como Ministério Público e eu não vou parar”. “Vai

parar. Vai, porque meu “x” tal mandou sair”. Aí eu fiquei sabendo. O sepultureiro falou: “Mas e aquele lugar que a gente está jogando os outros ossos porque não temos mais espaço?” Eu falei: “Que lugar?” Não estava nos autos. Os senhores estão compreendendo por que estamos aqui hoje? Não estava nos autos. Eu consegui essa foto pelo sindicato e está assim. Aí antropóloga foi lá. Eu disse: “Tem algum papel? Nada! Eu não sei de quem são esses ossos recentes. Eu não sei.”

Gente! Estamos vivendo um tempo em que falam para nós e estamos procurando saber que, por exemplo, o cemitério serve de desova de corpos, para não criar cemitério clandestino, por exemplo, do PCC. Não estou dizendo que isso é fato. Estou dizendo que isso é boato. Agora, como é que eles tem um espaço desse, recente, começando a amontoar de trás para frente, se limpou em 2006? Nada bate com nada. Esses são os fatos. Sobre esses fatos estou falando de patrimônio. Lembra da pirâmide? Acho que vamos ter de fazer cemitério com porta de pirâmide, não é possível. Eu estava falando de Tomie Ohtake, acho que agora é pirâmide o negócio. Sem dúvida, ficar atento a outros tantos pedidos. O motivo alegado foi espaço público. Agora, o que a gente quer basicamente é que possamos trabalhar as ossadas de tantas pessoas que ainda podem ser identificadas, a história delas. Tem muito profissional desejando isso, porque no TJ eu fui também. Surgiram esses problemas e o TJ me falou: “Eliana, não me traga problemas, mas soluções”. Eu disse: “Esse é um verbete de um professor meu. Eu trouxe ideias. Nunca venho sem ideias. A minha ideia é: vocês podem dar em depósito judicial essas ossadas para quem quiser estudar antropologia”. Assim como estão doando corpos no SVO inteiro, de pessoas não reclamadas, mas eles não falam que eles existem. No Rio de Janeiro acabaram de doar uma mulher inteira, que a família estava procurando como desaparecida. Não estou falando de fatos que eu penso que podem acontecer. Estou falando o que está acontecendo e agradeço imensamente a quem está nessa luta. Imensamente, porque o Ministério Público está por dever e está também por convicção, mas vocês estão por amor à causa, e eu agradeço muito. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Alguns falam que a educação no Brasil é desse jeito não porque nós temos maus gerentes ou por falta de investimento, mas porque é um projeto para que seja assim. Então, por tudo o que você acabou de falar, me parece que há muitos interesses para que continue assim, porque essas coisas, de certa maneira, já são debatidas há algum tempo e parece que nenhuma decisão é tomada para reverter qualquer coisa e se implantar outra coisa.

Vamos agora escutar o João, do Sindsep.

O SR. JOÃO BATISTA GOMES – Boa tarde, companheiros e companheiras, companheiro Toninho Vespoli. Sou secretário de imprensa do Sindsep e vim acompanhado do companheiro Valdemar, do Serviço Funerário, também da diretoria.

Vimos nos somar a esta discussão, porque, como a Dra. Vendramini observou, quando houve o questionamento por parte do Comdep, imediatamente o pessoal fez o contato conosco e, de imediato, aderimos à questão.

É bom relatar que os servidores públicos, no caso, da autarquia do Serviço Funerário, quando surgiu essa questão, quando o problema veio a público, muitos deles disseram que realmente estava difícil, que os cemitérios estavam todos lotados, que não cabia mais ninguém e que ia entrar em colapso. Na verdade, esse é o argumento utilizado pela própria Administração para poder fazer essa rede com os funcionários. Agora, a situação é real, extremamente real. As fotos que a Dra. Vendramini mostrou do Cemitério de Perus são reais e, se visitarmos todos os cemitérios, em cada um nós vamos encontrar uma situação semelhante ou pior. No Cemitério Lajeado, por exemplo, vamos encontrar um quartinho; em um dos quatinhos, no atual momento, para se entrar nele é necessária uma marreta, porque não tem mais porta, que foi lacrada com alvenaria para impedirem que sacos com ossadas caiam. E essa situação é em todo cemitério.

De fato, não há uma política – e esta é a discussão – de guardar as ossadas e dar a elas uma destinação. Essa discussão nós fazíamos com os funcionários, mas, na verdade, é

o Poder Público, que deveria ter a guarda, está se desfazendo do problema, aumentando-o ainda mais.

A Dra. Vendramini está de parabéns por ter exposto todos os pontos, mas além da guarda das ossadas, há outro problema devido à situação financeira, como foi visto numa das fotos. Apesar de dizer que a situação é boa, na verdade, na prática, o investimento no Serviço Funerário é zero. Uma das fotos do Cemitério Perus mostra uma estaca – em cemitérios tipo jardim são enterrados os mais pobres e, portanto, é um monte por dia. São 25 a 30 estacas, dependendo do cemitério, como o de Formosa e o de Cachoeirinha, onde eram enterrados 25, mas conseguimos fazer um protocolo no Serviço Funerário que permite o enterro de 17, porque não há servidores, que estavam fazendo enterros até às 18h. Olhem a situação!

A SRA. ELIANA VENDRAMINI – São 17 além dos particulares. Não é isso?

O SR. JOÃO BATISTA GOMES – Não, não. São 12 para os quais são feitos os velórios no cemitério e cinco que vêm de fora e cujo velório foi feito em outro lugar. Infelizmente, quando conseguimos fazer esse protocolo, que é piloto, quando chegou o ofício do Serviço Funerário lá – e isso é necessário dizer, porque é um problema sério que enfrentamos –, um colega que trabalha no velório só organizando o agendamento das salas de velório foi reclamar com o nosso dirigente sindical, questionando se ele estava aprontando alguma coisa ao diminuir o número. Mas essa é a ideia mesmo, porque mesmo que lá hoje tenha a maquininha que faça a abertura das covas, que é outro problema para efeito do controle...

A SRA. ELIANA VENDRAMINI – Quebradas.

O SR. JOÃO BATISTA GOMES – Exatamente! Mesmo que tenha as maquininhas, elas não ficam todos os dias lá, ficam durante uma semana e depois vai para o Cemitério de Perus, depois volta. Então, no dia a dia, tem que se fazer a abertura ou a limpeza das covas. O rapaz veio dizer que o que estávamos fazendo ia diminuir a sua ajuda. Por isso, reunimos os sepultadores e dissemos que tínhamos tomado essa decisão com base na saúde do

trabalhador e que íamos sustentá-la. Estamos sustentando, e a ideia é estender aos demais cemitérios.

Estou dizendo isso porque o Cemitério Cachoeirinha é um desses. Aquela estaca que colocam lá com um número de registro não está sendo mais entregue nos cemitérios porque acham que o encarregado de quadra pode contar, é fácil fazer. Não, não é fácil fazer. É fácil fazer num cemitério particular, onde há dois, três enterros por dia. Agora, num cemitério público... Estou especificamente falando do Cachoeirinha, onde estamos atuando diretamente, mas se formos para o Formosa, para o Perus, e por aí vai, imaginem, é uma situação em que se perde o controle desde o enterro.

Como sindicato, estamos levando este assunto que é bastante pesado: o enorme envelhecimento dos servidores funerários. Nesses dias, nos chegou a seguinte informação da transparência do Serviço Funerário, que pedimos há dois meses, mas voltou: o nosso quadro de funcionários sepultadores seria de 800. Em 2012, havia 499. Isso porque, naquele ano, fizemos uma greve e conquistamos o concurso público para seis sepultadores. Chegamos a 2018 com 378 sepultadores. Diminuiu, pois não há contratação.

O quadro de técnicos administrativos, por exemplo, que chamamos de AGPP, é de 364. Em 2012 havia 161 e em 2018 há 109. Foi feito um concurso em 2016 para convocar 200 agentes administrativos, mas até o momento não foi contratado nenhum. Um servidor entrou com uma representação no Ministério Público Estadual, que convidou o sindicato para participar. Por pressões financeiras, o rapaz, que não é de São Paulo e voltou para a casa dos pais, em Maceió, pediu o adiamento da audiência porque não tem como vir; inclusive estamos ajudando-o nisso.

Mas o que esse quadro demonstra? Demonstra que há uma diminuição do número de funcionários. Há, portanto, um sucateamento do Serviço Funerário, porque o concurso mais recente é de 2011, com cargos de cem sepultadores e 50 motoristas. Todos que passaram no concurso foram chamados – 300 sepultadores e 150 motoristas – até ser preenchido o quadro

de cem e 50, porque a hora que a pessoa chegava para ver o serviço, ela não queria ficar, ainda mais com aquele salário, e as pessoas iam embora.

A SRA. ELIANA VENDRAMINI – Quanto está ganhando um sepultador?

O SR. JOÃO BATISTA GOMES – Um sepultador está ganhando em torno de 1.200 a 1.300 reais, fora as horas extras, mas cortaram as horas extras, e esse é outro problema.

Essa é a nossa situação, e o nosso entendimento, outro problema, também objeto desta audiência, é o processo de concessão, que o Governo abriu e queria fazer passar rapidamente, mas não conseguiu. Essa luta que se deu por questão das ossadas também foi fundamental para que jogássemos no papel e conseguíssemos emperrar o processo de concessão, porque o TCM – Tribunal de Contas do Município, suspendeu o processo de concessão porque as empresas que indicavam o número de sepulturas deveria ter em cada cemitério, e ela que estava fazendo as medições. Como o Serviço Funerário não tinha controle nenhum, o TCM suspendeu o processo. Perguntem-me se o Serviço Funerário tem esse serviço. Não tem. Eles me contaram como fizeram: foram lá, conversaram com o sepultador ou o servidor mais velho do cemitério, pegaram os livros, deram uma olhada e jogaram um número aproximado. É isso que eles fizeram, e o Tribunal de Contas do Município liberou a concessão, que está tramitando.

Recentemente, estivemos na Secretaria de Desestatização, e a informação que obtivemos é que eram cinco empresas que, ao final, conseguiram se credenciar, e cada uma apresentou um estudo que continha em torno de cinco mil folhas. Eu me perguntei o tempo que ia levar para se ler tudo isso, porque são apenas dois funcionários para fazer o acompanhamento disso; um de carreira e o outro comissionado.

Então, esta é a situação: estão ofertando uma concessão cujo controle não está com o Serviço Funerário, e na hora em que se chega a essa situação exposta pela doutora, aí é que se perde completamente, porque eles queriam, de fato, entre aspas, fazer uma limpeza nos cemitérios para poderem fazer a entrega das concessões.

Para encerrar, Vereador Toninho, não podia deixar de falar que já oficiamos o Ministério Público Estadual, mas, infelizmente, ele arquivou um processo e estamos entrando hoje, neste momento, com um novo pedido de desarquivamento por conta da terceirização dos carros com motoristas. O Serviço Funerário tinha carros sem motoristas; eram 66 carros e 160 motoristas. Foi terceirizado o serviço de carros com motorista para a empresa FVB e, de 66 carros, a frota, hoje, neste momento, conta com 34 carros fúnebres para fazer o transporte e a remoção na cidade de São Paulo inteira. Enquanto isso, os motoristas do Serviço Funerário estão deslocados de função. Estou contando tudo isso porque o colapso pode acontecer a qualquer momento no Serviço Funerário.

Existe um procedimento para a contratação de mais 15 carros sem motorista, mas o Tribunal de Contas mandou suspender. E esse contrato da Locadora FVB venceu no dia 10 de setembro, e no dia 11 de setembro foi publicada a prorrogação por mais 15 meses. Olhem a situação: sem licitação, sem nada, foi publicada novamente. É verdade que o contrato prevê, mas é uma situação que estou querendo classificar do fim para o começo. Desde o transporte até a fase final do enterro, temos muitos problemas e, infelizmente, em um ano e oito meses de Superintendência do Serviço Funerário, já é o quinto superintendente do Serviço Funerário que está lá. Então, é impossível se fazer um trabalho de continuidade para resolver os problemas que estão postos.

Para nós, esta audiência pública é importante para que possamos abrir essa questão. Inclusive é de se lamentar que não haja ninguém do Serviço Funerário para que possa debater e buscar solução.

Acho que é isso, e o Sindsep vai estar parceiro do Condepe e é parceiro da Promotoria e dos Vereadores que estão dispostos a fazer esse combate pela memória dos nossos mortos e desaparecidos. (Palmas)

A SRA. ELIANA VENDRAMINI – Deixe-me só fazer uma menção de respeito a esses funcionários. Há quatro anos, visito quase que semanalmente cemitérios, e é incrível

que, nesses cemitérios, como o São Luiz e Vila Formosa I e II já em tempos mais antigos – de tempos mais recentes é o Perus, mas não sei bem de que ano –, são eles que, passo a passo com informações precisas, como, por exemplo, “mais quatro passos aqui, mais um para esquerda e mais um para a direita”, conseguem localizar onde uma pessoa está enterrada. Eles garantem e é só exumar. São eles que sugerem cortar o mato para que o familiar não veja daquele jeito. O Alemão, que trabalha com as ossadas de Perus, que mostrei aqui, quando não há como alcançá-las, ele faz com todo o respeito. Eles estão todos doentes. Problemas de coluna é brincadeira para eles.

Então, se chegou a essa situação, primeiro que não adianta virar pó, fazer como eu a Inês fizemos como uma leitura de informação: não pode virar cinza, tem que virar história para não voltar a acontecer. Eles são batalhadores e precisamos saber disso, porque não são respeitados. Nem gosto mais de chamá-los de coveiros, falo que eles são “sepultureiros”, como no espanhol, porque são incríveis, são pessoas incríveis. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Doutora, um debate que fazemos bastante aqui é que muitas vezes as políticas públicas são seguradas firmemente pelos servidores públicos. Se não existissem os servidores públicos comprometidos mesmo... Infelizmente o Poder Público não dá as condições necessárias para esses servidores públicos, e isso em todas as áreas. Também tenho visitado alguns cemitérios e observei como a pá com a qual o coveiro faz a cova é ruim. Na época de seca, em Itaquera, por exemplo, o terreno é muito duro e em seis meses aquela pá vai embora e se ele quiser uma nova tem que comprar outra do próprio bolso porque a Prefeitura fornece só anualmente. Absurdos como esses são vistos dia a dia visitando os cemitérios.

Aos que estão nos assistindo pela TV Câmara São Paulo, informo que o Vereador Eduardo Suplicy, Presidente desta Comissão de Direito Humanos, não está aqui no momento por estar cumprindo outra agenda, mas, antes do início desta audiência, me ligou. O Suplicy é um parceiro fenomenal nesta discussão; inclusive seu gabinete tem bastante acúmulo de

informações na discussão sobre as ossadas, sobre a questão da privatização dos cemitérios.

Aproveito para agradecer aos seus assessores que estão aqui.

Agora vamos ouvir a ex-Vereadora Tereza Lajolo.

A SRA. TEREZA LAJOLO – Quero agradecer o convite que foi feito e quero dizer que a minha situação com a questão de mortos e desaparecidos começa quando eu tive contato com a vala de Perus e através da CPI de Perus na Câmara Municipal em 1990. Eu era Vereadora.

Uma das coisas que chamou muita atenção e fiquei sempre com a pulga atrás da orelha e queria entender era porque que naquela vala com 1049 ossadas, sacos com ossadas que, até então, diziam que ali só tinham seis desaparecidos políticos – e o resto das ossadas? Quem são? Todas as 1049 ossadas recebiam o nome de indigentes. Todos. Então, esse pessoal era chamado de indigente.

No meio do caminho tivemos a nova Lei Orgânica do Município e eu e o José Eduardo, que era Vereador naquela época também, colocamos que indigente era pessoal que tinha baixa renda, esse era o nosso entendimento. Sempre foi esse, não é isso? Que o Governo tem de oferecer todas as condições para a pessoa de baixa renda ser enterrada. Nós pusemos lá para ficar firmado, mas não entendíamos porque havia toda aquela gente enterrada como indigente em um cemitério que tinha sido inaugurado há cinco anos.

Então, como é que é isso? Ficamos com essa pulga atrás da orelha até que na 2ª Comissão da Memória e Verdade, da Câmara Municipal, nessa época, saiu uma reportagem da *Folha de S. Paulo* e Eliana Vendramini revelava a informação do que é indigente: indivíduo que mesmo com identificação, mesmo com o RG na mão, na bolsa ou no bolso da calça, se a família não procura, ele é enterrado como indigente. Então isso está acontecendo até hoje.

A segunda questão que não sabíamos é que a SVO existe. O povão não sabe disso. O povão não tem noção que Serviço de Verificação de Óbitos existe e é ligado ao Setor de Patologia, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Isso precisa ser dito,

porque ninguém sabe. Todo mundo vai ao IML procurar e normalmente vai ao IML Central e esquecemos que existem vários IMLs e que não se comunicam, assim como as delegacias e os IMLs que não se comunicam. Esse é o programa que a Eliana falou do PLID, Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos. Desaparecidos da sociedade como um todo e não desaparecidos políticos só.

Vou contar para vocês que o irmão do síndico do meu prédio, que morava no Jabaquara, perto do hospital, passou mal e foi ao hospital e morreu. Ninguém procurou. Para onde ele foi? Para Perus, como indigente e até hoje a família não teve acesso às ossadas do irmão. Isso é sério.

A SVO e o IML foram criados por volta de 1930, 1940. Desde essa época eles fazem essa prática. A partir da Comissão da Memória e Verdade nacional, descobriu-se um documento. Em 1968 foi o Ato Institucional Nº5 e em 1970 com o avanço da luta de resistência, principalmente a luta armada, a ditadura militar fez um documento que é o Sistema de Segurança Interno que submeteram a tudo o que era relativo à segurança, inclusive na questão de morte. Eles estabeleceram uma relação sob o comando de Brasília. Veio de Brasília. Eles fizeram uma relação direta com o IML e aí destacaram algumas pessoas para fazerem os relatórios de acordo com a orientação deles, porque não era para dizer qual era a morte verdadeira e, ao mesmo tempo, entraram em contato com o Serviço Funerário e o Serviço Funerário passou a enterrar de forma também escondida por ordem lá de cima, de Brasília.

Quero chamar a atenção porque vocês falam tanto do P2. Vocês sabem quando ele apareceu e porque existe? Eu e meus companheiros, moradores da Freguesia do Ó, sofremos repressão dos P2 na época do Maluf, dia 21 de junho, de 1980. P2 é um conjunto - naquela época e ainda deve existir - de militares, PMs, que são destacados para trabalhar sob orientação do Exército. Não sei se ainda funciona, mas pelo que sei muitas das leis daquela época não foram revogadas e nem alteradas em nada, então, P2 é isso e recebemos essa repressão dos P2.

Quando o Cemitério de Perus estava para ser feito, eles queriam fazer um crematório lá, só não foi porque uma empresa inglesa não quis fazer, perguntando: “Que crematório é esse que não tem sala de cerimônia e a porta de acesso é de vai-e-vem? Não fazemos isso.” Então, eles criaram o cemitério sem o crematório. Depois, o crematório passou a ser em Vila Alpina.

Aí eles começaram a enterrar as pessoas e viram que os familiares de mortos e desaparecidos estavam sabendo que eles iam ao Cemitério de Perus, e sempre estavam indo ao cemitério. Nesse ínterim, eles mudam de cinco anos para retirar ossada para três. É nessa passagem que eles recolhem todas as ossadas, guardam em um velório em Perus e depois.

Eles abrem a vala e jogam todos lá dentro. Então, a vala de Perus, a gente sempre chamou de “o crematório que não existiu”, porque era para cremar tudo.

Ao mesmo tempo, devo chamar a atenção de que eles fizeram uma “reforma urbana” no Cemitério de Vila Formosa; e, onde estão enterradas ainda muitas ossadas de desaparecidos, que a gente não sabe se são só os políticos ou mais gente, eles passaram ruas, plantaram árvores, então não se pode mais tirar nada de lá, porque lá embaixo estão as ossadas. Ao mesmo tempo. Eles fizeram isso.

Então, na Comissão da Verdade, de que participei, a gente começou efetivamente a discutir essa questão dos indigentes e verificar que é necessário tomar uma posição não só em termos de ser contra, de se posicionar claramente sobre essa questão da cremação, mas é preciso ter uma nova lei, porque a lei de 1967, que ainda existe, prevê que eles podem cremar numa boa, desde que tenha problema de superlotação, essas coisas. Por isso, é bom pensar uma nova lei. A gente pode entrar com várias ações e se contrapor ao que eles fazem.

Agora existe outra coisa, que não é só questão de educação, mas de cultura: nós pouco ligamos para cemitério. Outro dia, um amigo meu falou assim: “Mas se já morreu, já foi, a família não procurou, queima. Qual é o problema?” De um tempo para cá que a gente

aprendeu sobre isso e começou a ter que entender a situação.

Então, a bibliografia é pequena, é uma noção que existe agora; por isso, é fundamental que a gente se aproprie disso e dê importância para essa situação, porque nós estamos realmente tratando de um patrimônio da família.

Quero chamar a atenção para o seguinte: revisar as recomendações da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura; revisar a Lei 7.017, de 19 de abril de 1967, que trata da cremação de cadáver e incineração de restos mortais. Isso é fundamental. Criar uma política de gestão dos ossuários dos cemitérios municipais e impedir que a cremação seja usada para resolver problema de superlotação. É recomendação da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura.

Vamos acabar com essa política que vem já há tempo. Aquela cremação de 2006 que ela falou, a gente verificou. Simplesmente, o povo crema. É questão de concepção: qual é a importância, qual é o significado de ficar guardando essas ossadas aí. Essa é a ideia. A outra coisa, determinar que pacientes falecidos nos hospitais de São Paulo sejam higienizados, tamponados e vestidos antes de encaminhadas aos agentes do serviço funerário porque isso não estava sendo feito. Ampliar investimentos em formação, capacitação e condições de trabalho dos servidores do serviço funerário do município. Isso daqui é fundamental porque o que eles contaram aqui é verdade. E eles fazem com a melhor boa vontade, mas sem a mínima condição. Quando eles falaram aqui da máquina para abrir as valas, foi agora no governo passado que foi comprada uma máquina, mas se o Prefeito tivesse continuado e as demais máquinas...

Porque quem abre aquilo lá, e são várias valas abertas, é o pessoal com aquelas pás que você viu. Você falou que a pá é uma desgraça. É isso mesmo. Padronizar e proceder com o correto preenchimento de documentação sobre corpos inumados, exumados e reinumados. O que ele falou? Cada cemitério é uma desgraça. Foi lá na Cachoeirinha que o pessoal visitou, lá tinha ossada na sala do cara que comanda o cemitério, estavam lá as

ossadas e os livros. Vocês precisam ver as condições. As coisas mais doidas. Atualizar as plantas dos cemitérios municipais e confeccionar mapas disponíveis para consulta e determinar que qualquer operação seja devidamente registrada, não existe mapa dos cemitérios. Ninguém sabe.

A outra, digitalizar e indexar os livros de registros dos cemitérios e os documentos depositados nos arquivos do serviço funerário do município. Gente do céu, tinha um pedaço lá que não podia mexer porque tinha escorpião, então, não podia se chegar aos documentos.

Isso é o que nós produzimos para que a gente pudesse dar respaldo a tudo isso que foi falado aqui como recomendação. O Prefeito naquela época, Haddad, teve conhecimento disso, mas na atualidade está nas condições que vocês estão vendo.

Nesse tipo de ossário para guardar... na época, no governo passado, já tinham visto várias condições diferenciadas para poder fazer, retirar os ossos desses *bunkers* subterrâneos para poder colocar num lugar que pudesse ficar efetivamente resguardado para a história.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra o Sr. Dimitri Sales.

O SR. DIMITRI SALES – Boa tarde a todos. Toninho, cumprimento você na pessoa de quem cumprimento todas as pessoas da Mesa. Cumprimento os presentes. Nós somos do Instituto Latino Americano de Direitos Humanos e fomos a entidade junto com os sindicato dos servidores e o Condepe, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que entramos com uma ação para impedir que a Prefeitura efetivasse a cremação das 1600 ossadas do cemitério da Quarta Parada.

A base que tivemos, o olhar que a gente deu, estava muito centrado na ideia da proteção da dignidade, vou dar uma micro aula aqui, como professor. A dignidade humana é o elemento que constitui para o Direito o sujeito. Nós somos, antes de ter um rosto, uma identidade, uma designação - eu, por exemplo, sou baiano -, antes de dizer para qual time que torcemos, para o Direito, nós somos seres de dignidade.

A dignidade é o elemento que nos constitui e ela se torna um elemento em forma de princípio que vai obrigar o Poder Público e a sociedade civil. Ela obriga o Poder Público tanto na obrigação de fazer, quanto na de não fazer.

Por exemplo, o Poder Público tem o dever de promover ações que assegurem respeito à dignidade, mas está proibido de adotar qualquer medida que viole a dignidade. Não pode, por exemplo, por qualquer motivo aprovar uma legislação, ou adotar uma política pública, que resulte em promoção de intolerância, violência e preconceito, porque esses atos vão violar a dignidade humana. Ao mesmo tempo em que está proibido de agir, tem a obrigação de fazer ações para respeitar a dignidade humana. Isso vale para o Poder Executivo, para o Legislativo e para o Judiciário.

Mas a dignidade também se impõe com uma força para a sociedade civil. Nós, cidadãos comuns, também somos obrigados a promover atos que valorizem a dignidade humana. Por exemplo, os pais são obrigados a prestar assistência, educação e saúde aos seus filhos, porque há uma dignidade em gestação, em construção. Também somos proibidos de adotar atos que violem a dignidade humana. Não podemos matar nem ofender a honra das pessoas, porque o que está sendo protegida é a dignidade de cada um.

Essa ideia de dignidade é muito recente na história da humanidade, porque a dignidade já serviu para justificar a escravidão. Numa concepção muito antiga, os cristãos antigos diziam que a dignidade se media a partir da imagem e semelhança de Deus. Quanto mais imagem e semelhança, mais digno seria o sujeito. Aqueles que não eram imagem e semelhança de um deus europeu, branco, não possuíam dignidade. Isso fundamentava e justificava a escravidão.

A gente foi evoluindo para entender que a dignidade é o elemento que vai constituir o sujeito e que, portanto, antes de a gente existir, ou seja, antes de nascer já há uma vida potencial carregada ou constituída de dignidade.

O Estado é obrigado a adotar medidas para proteger a mãe, a gestação, porque há

uma dignidade sendo formada, uma dignidade que fundamenta uma vida em potencial. Ao longo de toda a nossa vida o Sistema Jurídico se volta para preservar o sujeito enquanto sujeito de dignidade. Essa dignidade não se extingue com a morte. Esse é o grande barato da teoria, da ideia sobre dignidade. Ela vai se manter sobre os restos mortais e se mantém em forma de memória. A gente não pode ofender a honra dos mortos, é crime. O Direito reconhece como crime violar a honra de quem morreu, porque a dignidade não cessa. Não pode violar túmulos e nem vilipendiar cadáveres, porque a dignidade não se extinguiu. Mais ainda, o Direito passa a proteger, inclusive, a herança daqueles que, em vida, possuíam dignidade e, na morte, continuam a possuir. Nós temos um capítulo no Direito Civil para cuidar da sucessão. A vida se extingue, mas a dignidade não. A dignidade repousa sobre os restos mortais, sobre a memória que trazemos naqueles restos mortais.

Essa dignidade que obriga o Poder Público a não violar e, ao mesmo tempo, agir em seu favor, é a mesma que obriga o mesmo Poder Público a não violar restos mortais e a atuar para promover proteção, zelo, cuidado a esses restos mortais. Não estamos falando de religião, nem sobre em quais perspectivas as religiões encaram a morte e os restos que ficam após o fim da vida.

Mas todas as religiões, todas, têm em comum a ideia da preservação da dignidade humana. Vejam: nós conseguimos estabelecer um diálogo que engloba instituições jurídicas, sociais e religiosas; todo um diálogo que termina gerando uma espécie de consenso em torno da necessidade de preservar e promover a dignidade.

É esse o olhar que o direito tem sobre as pessoas e sobre aquilo que nos constitui, e foi por essa razão que nós resolvemos entrar na iniciativa da Prefeitura para impedir que ela conseguisse incinerar as 1,6 mil ossadas dentro de um contexto maior, que chegaria à incineração de 50 mil ossadas. A primeira reflexão que fizemos foi: o desaparecimento, Toninho, não é um mero ato de fazer desaparecer as pessoas, de não devolver os restos mortais dos presos políticos, de não responder às mães com medidas como políticas públicas,

como investigação sobre onde estão seus filhos. O desaparecimento começa a surgir como uma política de Estado, principalmente na Alemanha nazista, que tinha por finalidade, primeiro, extinguir memória sobre aquelas pessoas ao não entregar os restos mortais. Ao não permitir que se façam os rituais de passagem, os rituais fúnebres religiosos, não se permite concluir a vida; portanto, não se preserva a memória daquela vida. Há uma perversidade proposital em atribuir à família do sujeito desaparecido uma dor permanente, como um castigo, ao qual não se pode atribuir ao desaparecido porque ele já é sem vida, mas que se prorroga a seus parentes. Essa é uma dor permanente, um sofrimento eterno e que diz, por vias opostas, o seguinte: todo aquele que ousar agir como desaparecido, receberá o mesmo castigo, que vai para sua própria pele, seu próprio corpo, e que se transporta a seus familiares.

O desaparecimento é uma política de Estado, mas de um Estado fascista, um Estado nazista. A política de desaparecimento foi adotada nas ditaduras da América Latina: no Brasil, muito fortemente na Argentina e no Chile, ainda que não seja possível mensurar se lá houve mais ou menos, se lá foi uma ditadura mais forte do que aqui. Ditadura é sempre ditadura, desaparecimento é sempre desaparecimento, é sempre uma política de Estado de violação.

Essa política de Estado conseguiu transpor a barreira da democratização; como, aliás, uma democratização muito negociada permite que heranças nocivas da ditadura consigam transpor as fronteiras da democracia. Por isso, não detemos uma polícia militarizada; por isso, não detemos uma Guarda Civil que não deveria existir como guarda, porque tem a função de atuar como guarda patrimonial, mas adota uma função de polícia. No âmbito, por exemplo, da segurança pública, a Constituição de 88 não nos possibilitou avançar para uma segurança cidadã; reforçou uma segurança centrada na violência e na militarização. Uma das práticas que transpôs a fronteira da ditadura para a democracia foi a prática do desaparecimento. Nós muito discutimos o desaparecimento dos militantes que atuavam contra o regime ditatorial, mas nós não temos um olhar para os desaparecidos da democracia. Isso

passa a ser um problema isolado quando, na verdade, é um problema estrutural que tem, inclusive, a finalidade de ordenação social quando nós consideramos quem são os desaparecidos: são negros, pobres, favelados.

A política de desaparecimento passa para a democracia como uma política de controle da sociedade, uma política de controle do comportamento das manifestações, uma política higienista; e nós não olhamos para tudo isso. Ou seja, nós avançamos na democracia, não preservamos a dignidade e continuamos a deixar desaparecerem pessoas. Isso se torna muito mais grave quando a Prefeitura de São Paulo, na intenção de vender os cemitérios, passa a adotar medidas jurídicas para perpetuar o desaparecimento de pessoas com a proposta de incineração das ossadas.

A incineração tem alguns problemas jurídicos. Uma determinada ossada pode nos dizer a causa da morte: se foi por extermínio, se foi por execução. Uma ossada que não foi identificada pode, por exemplo, dizer de onde partiu a bala, se é de alguma munição exclusiva de alguma força de segurança. O desaparecimento dessas ossadas significa a perpetuação da impunidade. O desaparecimento dessas ossadas significa dizer às famílias que buscam por seus entes que seus parentes nunca tiveram importância para a sociedade. A história construída por essas pessoas não é uma história que importa para a sociedade paulistana. Mas cada um de nós importa ao nosso modo de ser, cada um de nós, singularmente, tem uma importância na construção de nossa sociedade.

A intenção da Prefeitura é camuflada de boas intenções e assim se expressa: “Não temos onde organizar as ossadas, temos de eliminá-las para fazer uma nova arrumação”. Não! Propositadamente, nunca organizou as ossadas, os ossários dos cemitérios; nunca valorizou, descumprindo a lei, descumprindo preceitos normativos. A atuação da Prefeitura, quando tenta dizer que é para organizar, no fundo é para desresponsabilizar-se do não cumprimento legal e, ao mesmo tempo, perpetuar uma prática nociva de desaparecimento das pessoas; porque, cremadas as ossadas, nós não conseguiremos mais identificar ninguém. Se cremarmos 1,6

mil agora, chegando a 50 mil, serão 50 mil sujeitos de dignidade que não terão direito a um sepultamento, aos rituais fúnebres; que não terão direito de serem velados, que não terão direito de terem devolvida às suas famílias a paz. E a essas famílias que permanecerão no silêncio, na dúvida, a elas será atribuído quase que um castigo perpétuo.

Em suma, o ato da Prefeitura é um ato que viola a dignidade humana dos que morreram, anula a dignidade dessas pessoas, impõe um castigo aos que se foram e aos que ficaram. É um ato de absoluta violação de dignidade humana. Essa ação gera, no fundo, a anulação do sujeito de direito. Ela nega a existência de pessoas negras, das pessoas com suas histórias, das pessoas que lutaram politicamente contra a ditadura. É uma ação perversa porque tende a anular a história, e um povo que não conhece a sua história, que não preserva sua história, está fadado a repeti-la. É uma história de violência, é uma história de negação de direitos e é uma história de desaparecimentos.

Foi por essa preocupação, de preservar a dignidade, de resguardar a história como pressuposto do aprendizado e da construção de uma sociedade diferente, que a sociedade civil se organizou, muito fortemente liderada – essa é a palavra mais correta – pelo Deputado Adriano Diogo e também impulsionada pela Igreja Católica. Conseguimos fazer uma petição, e aí digo muito sinceramente - Vanise, Raphael, Luciana -: eu havia dito à Dra. Luciana Vendramini que nós iríamos perder. Porque estamos muito acostumados a brigar contra a Prefeitura de São Paulo, a brigar contra os desmandos da gestão João Doria e Bruno Covas. Brigamos muito na Cracolândia, muito. Fomos derrotados na Cracolândia, embora eles não tenham sido tão vitoriosos. Eles não conseguiram passar, por exemplo, a internação compulsória. Dentro do Condepe, adotamos medidas por meio das quais, se não conseguimos frear o ímpeto higienista do Prefeito João Doria, tentávamos pelo menos desconstruir a narrativa e impedir que as pessoas fossem levadas compulsoriamente para as comunidades terapêuticas, transferindo-se vultosos recursos públicos para instituições que tratam seres humanos como objetos, fazendo-se assim uma limpeza social. Não conseguimos fazer com

que continuasse uma política de redução de danos, mas freamos.

Ainda assim a luta pelos Direitos Humanos é uma luta muito difícil. Eu, como advogado de Direitos Humanos, sei, na pele, nobre Vereador Toninho Vespoli, que vou entrar com ação. Os argumentos podem ser os melhores, mas a gente vai perder a ação. Isso é um tanto frustrante. A gente começou a perceber que a gente estava perdendo tudo, e aí começou a haver aquela coisa: “Será que eu não sou bom advogado? Será que a gente não está sabendo advogar?” Aí a gente começou a perceber que não. Toda vez que a discriminação vai para o banco dos réus, o sistema de Justiça se une para proteger o discriminador, o violador dos direitos.

Eu havia dito para a Sra. Eliana: “Nós vamos entrar com ação, mas nós vamos perder, nós vamos perder, porque nós estamos acostumados a perder, principalmente contra a Prefeitura de São Paulo. Nós vamos entrar com ação, e a gente vai ver que o sistema de Justiça não está muito preocupado com a ideia de dignidade”.

Ao fim, para nossa surpresa, a Justiça suspendeu a cremação. A gente fez uma disputa de narrativa, junto à imprensa. A gente mostrou que a Prefeitura estava errada. A gente mostrou, na Justiça, que a Prefeitura tinha conduzido o Poder Judiciário a erro, de forma, eu diria, eu nem sei qual a melhor expressão... Eu não sei se é antiético. Eu queria usar uma expressão mais pesada, mas meu filtro não me permite. Assim, a Prefeitura mentiu para a Justiça, negou as instâncias de outro ato normativo, que estabelecia procedimentos obrigatórios que ela não cumpriu, Nós conseguimos mostrar isso, a forma de má-fé com que a Prefeitura agiu contra o Poder Judiciário. E para nossa surpresa, a gente conseguiu impedir, pelo menos, temporariamente a cremação das 1.600 ossadas.

Qual é o desafio que se coloca agora para os Vereadores, nobre Vereador Toninho Vespoli? É preciso revisar a legislação municipal sobre cemitérios, velórios, sobre a morte em São Paulo. Ah, o Ministério Público me parece agora... Agora eu estou falando como sociedade civil, não como amigo da Dra. Eliana, mas me parece que o Ministério Público tem uma

responsabilidade muito grande; tem que estabelecer um termo de ajustamento de condutas, para obrigar a Prefeitura a organizar os ossários e as ossadas existentes até agora. Não é simplesmente dizer: “A gente perdeu a fichinha que estava com o nome da pessoa que titularizava aquela ossada. Não dá para resgatar”. É um dever de o Estado adotar políticas para promoção da dignidade humana. Não é uma opção, é uma prioridade faço ou não faço; é uma obrigação legal, é uma obrigação ética; e o Ministério Público tem a função de exigir que a municipalidade olhe para a questão da morte, com o devido respeito às leis, mas, mais do que isso, o devido respeito à dignidade das pessoas humanas.

Eu comecei dizendo que sou baiano. Eu tenho muito medo de morrer em São Paulo. Eu tenho muita vontade de ser sepultado junto aos meus pais. Eu não sei se eu consigo, mas eu gostaria que nenhum de nós tivéssemos mais o receio dos nossos corpos, a nossa dignidade ser desrespeitada pela Administração Pública. Não é possível que as pessoas continuem a esperar, toda noite, a porta abrir, para que o seu parente entre. Não é possível que a Prefeitura desconsidere e tire o direito das famílias de, um dia, encontrar, pelo menos, os restos mortais dos seus entes queridos.

Portanto, as responsabilidades agora se partilham com a sociedade civil, no sentido da pressão, mas é preciso que esta Câmara discuta, Sr. Toninho Vespoli, como tratar a morte em São Paulo, revisando toda a legislação; e o Ministério Público tem sim que pressionar a Prefeitura de São Paulo. Em outras palavras, colocar contra a parede, não só por uma questão ética, mas por um dever legal, e me parece que a audiência, apontando nesse caminho, será uma audiência vitoriosa.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Até agora, há uma pessoa inscrita. Quem quiser se inscrever ainda, há tempo.

Tem a palavra a Sra. Ivanise, da ONG Mães da Sé.

A SRA. IVANISE ESPERIDIÃO – Boa tarde a todos. Eu quero cumprimentar a

Mesa, com a presença do Vereador, que é um querido. A gente tem uma amizade de longa data. V.Exa. é uma pessoa totalmente solidária a nossa causa do desaparecimento, desde a sua gestão aqui na Câmara. A Sra. Eliana é nossa parceira. Há o Sr. Dimitri, esse jovem aqui e todos os senhores presentes. Há uma mãezinha, que é minha companheira de sempre. Falou que vinha de manhã e veio mesmo, lá do Capão Redondo, do Grajaú. Chegou atrasada, mas veio.

Eu vou falar muito resumidamente, porque o que eu tinha que falar já foi falado aqui pela nossa porta voz, Dra. Eliana, uma grande aliada na nossa causa. Eu costumo dizer que a causa do desaparecimento mudou muito pela luta dessa mulher por nós. Se hoje a gente tem algum, um pouquinho de avanço em relação ao descaso, ao abandono do Poder Público, nós temos graças à luta da Dra. Eliana por essas famílias, que, assim como eu, busco uma resposta há quase 23 anos.

Quando a minha filha desapareceu, ela desapareceu no dia 23 de dezembro de 1995. No dia 1º de janeiro de 1996, foi encontrado um corpo na região de Campinas. Aquele corpo já foi encontrado em estado de decomposição nas margens do Rio Capivari. Oito meses depois, eu fui chamada, na Delegacia de Pessoas Desaparecidas, para fazer o reconhecimento daquele corpo, como sendo da minha filha, só que aquele corpo não tinha fotos. Não foi tirada fotografia em condição que pudesse ser identificado; e aquele corpo tinha dois laudos. O primeiro laudo dizia que era do sexo feminino, de cor parda com aproximadamente 30 anos. Aí lá na frente, havia outro laudo, que dizia que era do sexo feminino, aparentemente entre 18 anos. Aí foi onde o Delegado se apegou na segunda opção. Se eu fosse uma pessoa leiga, se eu fosse uma pessoa que não gostasse de brigar... Praticamente ele queria que eu assinasse aquele laudo, como sendo que aquele corpo fosse da minha filha. Aí eu comecei a ler aquele inquérito, e aquele corpo tinha um feto. Quando foi feita a necropsia, foi encontrado um feto de cinco centímetros. Aí eu disse para ele: “Doutor, a minha filha menstruou do dia 7 até o dia 10 de dezembro. Em treze dias, não deu tempo de a minha filha engravidar e gerar um feto de

cinco centímetros”. Aí ele disse para mim assim: “A senhora não quer enfrentar a realidade, mãe? A senhora fale”. Eu falei: “Então o senhor prove, Doutor. Prove que esse corpo é da minha filha. Primeiro que a roupa não bate. Não há fotografias que identifiquem que esse corpo é da minha filha. Nem do rosto havia. A foto foi tirada assim muito longe. Não havia foto que pudesse ver o rosto do corpo. Aí eu disse para ele: “Peça o exame de DNA, e aí nós vamos provar se esse corpo é ou não da minha filha”. Se eu estou dizendo para o senhor que não é, é porque não é da minha filha”. Falo tanto dele como da pessoa que é responsável, que recebe do IRGD as notificações dos cadáveres. Aí ele pediu para a Universidade de Mogi das Cruzes fazer o exame de DNA. A universidade se negou a fazer. E para resumir, entrou delegado, saiu delegado, se passaram 14 anos, e eu fiquei esperando para fazer exame de DNA. Para todo delegado que entrava, eu falava sobre o DNA daquele corpo, e os delegados diziam que iam pedir, mas se passaram 14 anos. Até que eu conheci um delegado muito gente fina, Dr. Itagiba Franco. Eu o conheci numa reunião como esta daqui, bem formal como esta, e eu contei essa história para ele, que me disse: “Dona Ivanise, eu vou fazer o seguinte: eu vou começar a investigar o caso da sua filha do começo”. E daí ele começou a investigar tudo novamente, até ele chegar ao cemitério, quando ele manda um ofício para o cemitério pedindo informações sobre aquele cadáver, sobre aquele corpo, a finalidade daquele corpo, e o cemitério responde para ele que tem uma área onde são enterrados todos os anos corpos de pessoas não identificadas ou desconhecidas e que a cada três anos as ossadas são retiradas, são colocadas dentro de um saco plástico, que é jogado dentro de um poço, e que é humanamente impossível fazer a identificação de um cadáver porque os ossos se misturam.

Quando ele recebeu essa notificação do cemitério de Campinas, ele teve a gentileza de me ligar e me dizer que não tinha mais como se identificar aquele corpo, se era ou não da minha filha. Eu respondi a ele que, assim como tinha dito para os outros delegados, aquele corpo não era da minha filha, mas a minha insistência em fazer o DNA era porque aquele corpo tinha uma família que estava procurando por ele; aquela mulher, aquela moça,

fosse de Campinas ou não, tinha uma família, uma mãe que estava procurando por ela e, por isso, aquele corpo precisava ser identificado.

Quando ele me falou isso, eu pedi a ele que me fizesse um favor, que me desse uma cópia do Auto de Investigação da minha filha, porque agora mudou a sigla, depois que a Dra. Eliana ficou à frente do PLID; antes chamado de Auto de Investigação e agora é PID – Procedimento de Investigação de Desaparecido. E ele me deu uma cópia do Auto de Investigação da minha filha. Após 14 anos de desaparecimento, não continha 300 páginas – entreguei para a Dra. Eliana, ela tem cópia – e todos os procedimentos que foram feitos têm três vias, tendo sido arquivada a investigação por diversas vezes, sem que eu tivesse sido notificada. Como mãe, sou parte e teria que ser notificada de todos os procedimentos que foram feitos.

O que foi que a Polícia fez ao longo desses praticamente 23 anos de desaparecimento da minha filha? Pesquisar se foi feito RG, passaporte, CPF, título de eleitor, se ela deu entrada em alguma maternidade ou no Amparo Maternal. Só isso. Em 23 anos de desaparecimento da minha filha, fui chamada àquela delegacia por três vezes.

Eu mesma investigo o desaparecimento da minha filha. Assim como a Dra. Eliana, conheço pessoas que também fazem pesquisas em bancos de dados por meio de busca de data de nascimento, do CPF e do RG, e elas constataam que não há nenhum documento em nome da minha filha. Então, quando a Prefeitura, ou Prefeito – ou seja lá quem for que toma a horrenda atitude – manda incinerar esses ossos, não tem noção do que é dormir e acordar, viver dias, meses e anos sem saber o que foi feito do seu filho. O que nós buscamos todos os dias é ter o direito de pelo menos enterrar os restos mortais dos nossos filhos. Se a delegacia me ligar hoje, eu tenho o meu material de DNA no projeto Caminho de Volta. Quando esse projeto nasceu, fui uma das primeiras a ser escolhida para eles colherem material genético, que está no banco de dados deles. Se for encontrada uma ossada, for feito um exame de DNA juntamente com o meu material genético e for constatado que aquela ossada é da minha filha,

a minha busca acabou. O que eu preciso, portanto, é de uma resposta. O que a Lucineide procura há dez anos é uma resposta, mesmo que encontremos os nossos filhos mortos.

A Dra. Eliana citou o caso de uma mãe, a mãe do André Gerônimo, que fez o exame de DNA, cujo resultado – na linguagem dela, uma pessoa muito simples – não tinha sido nem negativo nem positivo. Essa mãe morreu este ano de leucemia, no dia que completou 15 anos do desaparecimento de seu filho. Ela nem sabia que estava com câncer, só dizia que estava com dor nos ossos. Eu dizia para ela que nós tínhamos que andar de mãos dadas, porque eu também tenho sério problema na coluna e, de repente, a Dona Alice faleceu. Em 22 anos de luta, morreram três pais – dois de enfarte fulminante, o do Pedro Caroli e o do Jorge, filho da Dona Maria Aparecida, falecida há dois anos, bem próxima do Seu Pedro – e 16 mães, ela foi a décima sexta mãe, sendo duas de câncer. É como se enterrássemos uma mãe e um pai por ano, porque a tristeza também mata.

O que nós vivemos e o que essas pessoas estão querendo fazer com essas ossadas é aquilo que o Dr. Dimitri falou: a mais profunda violação dos direitos dos nossos filhos. Estão querendo nos privar do direito de enterrar ou cremar nossos filhos. Nós procuramos por uma resposta.

O que eu passo há 22 anos e 9 meses é uma luta, uma busca incessante, o que não desejo para ninguém, porque se eu tivesse enterrado a minha filha, talvez eu já tivesse acostumado com a ideia de nunca mais vê-la. Perdi a minha mãe, que era a minha referência de fé, de força, de companheirismo, há quatro anos, mas sei que a minha mãe não vai mais voltar.

Agora, há 22 anos e nove meses eu morro um pouquinho a cada dia. Nós morremos. Nós também desaparecemos junto com os nossos filhos. A nossa vida parou. A minha vida parou no dia 23 de dezembro de 1995, assim como a da Lucineide parou no dia 03 de novembro de 2008.

Então o que essas pessoas estão querendo fazer é isso: tirar-nos esse direito. E eu

como mãe e como representante de uma instituição estou aqui e acho que temos de andar de mãos dadas. Quando a Dra. Eliana me ligou pedindo para assinar essa petição, liguei para a Lucineide e disse para ela colocar no grupo para as mães irem lá dar essa força para a Dra. Eliana e para o Dr. Dimitri, porque não o conhecia, mas sabia da militância dele na área de Direitos Humanos através do Dr. Ariel, grande parceiro também de longa data.

E acho que as coisas só vão mudar quando a gente realmente andar de mãos dadas. Pensar no coletivo, aí vamos começar a criar forças para cobrar a quem de direito que essa realidade mude.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) - A fala da Ivanise emociona bastante a gente porque não é só o desaparecimento. De toda a história vemos quantos direitos foram violados e o Estado proporcionou essas violações. Isso é o mais inacreditável, o que deveria amparar a pessoa, a família, acaba sendo um elemento de opressão. Isso é muito triste e temos de mudar urgentemente e radicalmente.

Por último, vamos ouvir o Raphael, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Coordenação de Direito à Memória.

O SR. RAPHAEL BUONGERMINO – Já é praticamente boa noite, quero agradecer a todos os presentes. Agradecer o Toninho, conheci o Toninho há pouco tempo, umas duas semanas, inclusive, estamos junto com a Tabata também.

Desculpem, fiquei muito emocionado. É muito difícil trabalhar com a memória e, enfim, sempre que ouço, tenho 27 anos, sou jovem e estou à frente de um Departamento que tem uma responsabilidade muito grande, uma Secretaria transversal de Direitos Humanos. Então dentro desse departamento cuidamos das políticas para a memória, para a verdade, não só em relação ao desaparecimento da época da Ditadura, mas também em relação ao desaparecimento da democracia.

E, enfim, acredito que tenha ficado aqui com a missão mais indigesta da Mesa

como ser humano. Estou aqui como ser humano, representando a Secretaria, representando de alguma forma a Prefeitura. É uma dificuldade até de falar nesse sentido porque vimos aqui para representar como um gestor público e ao mesmo tempo como um humano. É muito complicado.

Então realmente fiquei bastante emocionado com a fala da Ivanise. Temos hoje um trabalho que está sendo desenvolvido juntamente com as Mães de Maio, na pessoa da Francilene também, que é irmã de um desaparecido.

Quero agradecer mesmo de verdade a presença de cada um de vocês aqui, por mais que estejamos em poucos podemos fazer algum barulho. Agradecer à Mesa também, acredito que seja um momento republicano a gente ter esse espaço dentro da Câmara para poder falar e, inclusive, a Secretaria ter sido convidada – e, então, de alguma forma, a Prefeitura também poder falar.

Eu não falo em nome do Prefeito. Não tenho essa autonomia e também não é do meu interesse. O que eu posso fazer é falar um pouquinho do que temos feito na Secretaria, especificamente no Departamento de Educação e Direitos Humanos. Dentro desse departamento, estão alocadas as políticas de Memória e Verdade.

Basicamente, hoje, trabalhamos fortemente com a questão da identificação das ossadas. Então, mais ou menos na linha do que a Dra. Eliana falou, da questão do acondicionamento dessas ossadas, não passamos por algo diferente em relação às ossadas dos desaparecidos da ditadura que foram encontradas em 1990 na vala clandestina de Perus. Essas ossadas passaram pela USP. Depois foram para a Unicamp e ficaram acondicionadas em situação de precariedade, tal qual as que vimos aqui nas fotos. Hoje, elas estão sob custódia da Unifesp – por sorte, a Unifesp, como entidade. O Javier estava aqui, também. Inclusive, é o Coordenador do CAAF, o Centro de Arqueologia e Antropologia Forense da Unifesp, que é um órgão que foi criado exatamente para trabalhar tanto na parte do eixo da Educação, como na parte própria da identificação.

Então, hoje, há um esforço bastante grande lá, no nosso departamento. A Taís e a Carol estão aqui, hoje, também. Trabalham lá comigo e são peças raras, que me ajudam muito nesse processo. Conseguimos efetivar a contratação de algumas peritas. Estávamos na busca da contratação de cinco peritas ou cinco peritos. Na verdade, tivemos a habilitação de cinco mulheres. Mais uma vez, as mulheres estão aí. Conseguimos contratar quatro. Uma delas, infelizmente, acabou, por conta da própria demora, da burocracia que nós enfrentamos na máquina pública... Isso é uma coisa que precisa ficar registrada. Enfim, não é um mistério para ninguém. Conseguimos contratar essas quatro peritas para dar continuidade ao trabalho de identificação das ossadas que foram encontradas na vala clandestina de Perus. Nesse caso, especificamente, são 1051 ossadas que foram encontradas, de desaparecidos da época da ditadura civil-militar.

Na verdade, isso deveria ser um trabalho ampliado. Isso é até uma coisa que eu gostaria de ponderar e considerar, aproveitando que esta é uma audiência pública. É a questão, até, orçamentária, hoje, da pasta de Memória e Verdade, que é um orçamento bastante pífio, considerando-se o Orçamento geral da Prefeitura. Até por conta disso, nós viemos buscando ajuda, aqui, da Câmara dos Vereadores, para conseguir emendas para alguns projetos nossos, para conseguirmos dar continuidade minimamente às políticas, porque tivemos de fazer algumas concessões de projetos da Coordenação para poder priorizar alguns.

Enfim, é difícil dizer o que é mais importante. Isso é quase impossível, na verdade, mas consegui definir alguns eixos, até pelo tamanho da equipe e tudo mais. Então, hoje temos esse trabalho, fortemente, com a contratação dessas peritas, que já estão trabalhando. Já estão na fase de transição, porque as peritas que trabalhavam no CAAF estavam de saída da contratação via PNUD. Depois de todo esse esforço e readequação do orçamento, todas as questões burocráticas que são necessárias para conseguirmos fazer essa contratação, elas hoje já estão trabalhando.

No começo deste ano conseguimos, desde 1990, nesse processo todo, identificar

as primeiras ossadas – identificar de fato, porque outras três haviam sido identificadas, mas, por um processo científico que hoje já é questionável. Então, hoje, o que podemos dizer é que uma ossada dos desaparecidos da época da ditadura foi realmente identificada, que é do Sr. Dimas Casemiro. Inclusive, foi entregue no dia 30 de agosto para sua família em Votuporanga. E, além disso, entramos mais num trabalho de reparação mesmo, inclusive como a Tereza estava falando na revisão das nossas recomendações da Comissão da Memória e Verdade aqui do município, no sentido de reparação psicossocial, se é que isso é possível. Acredito que, sim, mas de uma forma real o que realmente as pessoas que têm as mães, os pais, ou enfim qualquer pessoa que tenha um ente ou um próximo desaparecido o que de fato querem? Quer saber onde está? Mas de todo modo a gente sabe que o estado é muitas vezes ineficaz e na grande parte das vezes nas áreas periféricas.

Os índices e números não mentem, sabemos que na área periférica o grande número de desaparecidos é de pessoas mais pobres das mulheres, mulheres negras e dos jovens em geral. São pessoas que não têm atendimento público sanitário, não têm atendimento público de saúde, têm, mas muitas vezes não funciona ou é muito demorado, não têm o atendimento necessário da educação. Enfim, do cultivo da memória para que isso não se perca, de fato, então é o trabalho que a gente está desenvolvendo também com muito esforço. É um convênio que estamos trabalhando junto com a UNIFESP e com a PUC São Paulo, que tem um núcleo específico lá, que é o Núcleo de Dialética da Exclusão e Inclusão. Para dentro desse convênio eu consigo desenvolver esse projeto de reparação psicossocial para fazer o atendimento das famílias, dos familiares, das mães de todo mundo que está sendo de fato violado.

A violação dos direitos humanos acontece de uma forma objetiva com o desaparecimento das pessoas, mas acredito que, no final das contas, o desaparecimento reverbera numa violação de direitos humanos muito mais dolorosa para as pessoas que ficam. Porque no final das contas a pessoa que está desaparecida e provavelmente assassinada ou

por violação do próprio Estado ou pelo crime organizado, ou, ou, ou, são infinitas as possibilidades. Então entre outros trabalhos acredito que hoje a gente busca desenvolver dentro da política de memória essa questão do simbólico e também do objetivo. Na verdade é falar, é não esquecer, é não permitir que isso seja esquecido. Estar aqui é estar no Memorial da Resistência, é estar na rua, é estar no CAAF, é estar em todos os lugares falando sobre essa pauta, clamando sobre essa pauta, porque muitas vezes não é da legitimidade e nem da alçada da Secretaria de Direitos Humanos, que é uma Secretaria muito executiva, de articulação. Fazer outro tipo de atendimento ou desenvolver outros tipos de política, mas nós lá da coordenação estamos juntos com a defensoria, inclusive, para ajudar na retificação dos acentos de óbito das pessoas que desapareceram, para que conste de fato que o estado violou esses direitos, os direitos humanos, como o Dimitri muito bem explanou, a dignidade da pessoa humana, que é o nosso princípio básico, que é o que nos dota a personalidade assim que nós somos concebidos e nascemos com vida, como diz o direito civil.

Basicamente é isso, fica até um pouco difícil realmente, estar aqui na pessoa da prefeitura, enfim, para falar sobre isso. Basicamente é isso mesmo. Agradecer esse espaço. Dizer que a Secretaria de Direitos Humanos, como a forma geral, e o Departamento de Educação em Direitos Humanos está aberto sempre ao diálogo e na verdade a gente busca todos os dias e constantemente fazer parcerias, pontes com as entidades, movimentos que de fato estão na rua e estão fazendo a diferença para que essa pauta não seja esquecida. Ainda mais no momento tão difícil que estamos vivendo, de retrocesso, de forma geral, tanto na política, como na economia, enfim. Não só no Brasil, ou em São Paulo, mas de forma geral.

Para finalizar, tentar levar como um parâmetro ou como um exemplo, modéstia à parte, o trabalho da nossa equipe lá. Volto a dizer que não posso falar pelo Prefeito, por nenhuma pessoa além de mim e da minha equipe. Mas verdadeiramente estamos fazendo um trabalho honesto, que acredito estar fazendo a diferença, de forma prática e materializada, na sociedade. E estamos abertos a parcerias com o Ministério Público, com todas as entidades

que estiverem interessadas em trabalhar na questão da memória, não só na parte simbólica, mas na parte material também.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Infelizmente vivemos num sistema muito forte, neoliberal, em que o lucro está acima de tudo. Por exemplo, nesta Câmara, recentemente foi aprovado o desmonte dos Conselhos dos nossos parques. Por quê? No momento em que se privatiza, as pessoas que assumem não querem nenhum controle, querem fazer sem que a população ou a sociedade opine. E nesta discussão dá a mesma impressão: “Ah, vai privatizar? Então, o que está atrapalhando? Vamos queimar esses ossos, porque quando a gente passar para a iniciativa privada estará tudo resolvido”.

Acho que o intuito desta audiência pública é levar essa questão. Mesmo que alguns Vereadores não estejam presentes, quantas audiências a gente fez aqui e depois, no plenário, os Vereadores me falam que estavam assistindo pela TV a audiência pública? Então, com certeza, há outros Vereadores escutando a nossa discussão.

Recebi uma aula hoje com essas pessoas aqui. E o que a gente quer fazer com esta audiência pública? Não só este Vereador, como o Vereador Suplicy e a Vereadora Juliana Cardoso, a Vereadora Patrícia Bezerra também, é utilizar da expertise de vocês para a gente pensar em mudar essa legislação. Porque não dá simplesmente para a gente levantar a poeira, sem nenhum compromisso. Com essas discussões, podemos pensar numa nova legislação.

Raphael, você que está na administração, a gente sabe que existe um embate lá dentro quando a gente vai com uma proposta, e vejo compromisso seu e da sua equipe nessas discussões. E a gente quer que o Executivo também participe dessa mudança na legislação, porque não adianta fazer um movimento grande nesta Casa, com a sociedade civil, e o Governo não estar afinado com isso. Por isso, a gente também quer escutar a proposta do Executivo, para ser algo acordado e depois não ter o veto do Executivo. Se isso acontecer, a gente despende um tempo muito grande e, depois, a gente não vê o trabalho ser efetivado.

O SR. RAPHAEL BUONGERMINO – Eu sei que a Mesa, de forma alguma, está se colocando nessa situação. É mais por conta de eu estar como o Raphael, um cidadão representando uma instituição pública. É uma responsabilidade, por eu ser jovem, e sei que estou ali capaz de resolver isso. Mas é no sentido de deixar registrado que eu preciso falar como o Raphael, por mais que eu esteja dentro da administração, por mais que eu esteja nessa linha de ação, não posso dizer que concordo com isso. E ao não concordar com isso, acredito que a melhor forma, como um agente público, é trabalhar, articular, trazendo pessoas que realmente estejam preocupadas com a causa, sensibilizando a minha Secretária de Direitos Humanos sobre a temática, enfim.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra o Sr. Waldemar.

O SR. WALDEMAR – Boa tarde a todos, a Mesa, o Vereador, Sra. Tereza, todos os presentes. Sou aposentado, trabalhei durante 31 anos no serviço funerário, então três minutos seriam pouco para eu contar toda a história que tenho no serviço funerário, para falar sobre cemitério, etc.

Nós trabalhadores do serviço funerário também lutamos para que essa lei fosse modificada. Além disso, que o serviço funerário fosse reestruturado.

Por exemplo, nós só pudemos nos organizar através de Sindicato, de CIPA, a partir de 1989, quando conseguimos fundar o nosso sindicato e organizar os trabalhadores. Antes disso, a gente tirava o lixo, o entulho do cemitério puxando uma carroça, subindo e descendo ladeira. A gente lutava que tivesse um micro trator para poder fazer esse serviço sem tanto sofrimento.

O serviço funerário não tinha dinheiro para isso? É lógico que tinha. É um serviço rentável, dá muito lucro, dá dinheiro. Só que, infelizmente, as pessoas que estão na gestão não têm interesse de fazer nada para melhor o serviço ou a qualidade.

De 1993 para cá, sofremos um ataque. Fecharam a fábrica de caixão, querendo

privatizar, terceirizar o serviço. E nós trabalhadores sempre lutamos, sempre vestimos a camisa do serviço funerário e defendemos o serviço público e a população usuária, porque todos nós somos usuários desse serviço, por isso é interessante que seja um serviço de qualidade.

Trabalhei no serviço funerário no Cemitério da Quarta Parada e, sobre a questão dessa ossada, existia lá uma quadra geral chamada “gaveta” que foi desativada. Por quê? Somente visando recurso dinheiro. Venderam aquela quadra, que hoje é a Quadra 111, e colocaram aquela ossada no ossuário geral que, depois, foi transferida para a Vila Formosa. Uma parte está lá na Vila Formosa, sem está catalogado, jogado de qualquer jeito lá nos gavetões e uma outra parte foi cremada. E agora, porque eles fizeram isso? Porque eles queriam fazer o comisso. O que é comisso? Mais uma vez a questão de grana, de recurso. Era vender os terrenos abandonados. E para vender os terrenos abandonados, o que eles iam fazer com os corpos que estão lá naquele terreno? Tiraram de lá de qualquer jeito e foram colocados nesse ossário geral que agora, com essa questão das concessões de cemitério, eles querem mais uma vez cremar e dar um fim nessa ossada.

Então eu me inscrevi justamente para falar sobre isso, porque talvez possa ajudar em alguma coisa e é muito bom que temos a Doutora, que abraçou essa causa e defende isso, sobre a população usuária do Serviço Funerário. É muito importante a gente defender o serviço funerário como serviço público, porque em outros países, inclusive em Portugal, a pessoa dava óbito em qualquer esquina, em qualquer farmácia. Você ia lá e contratava o funeral. E eles agora regulamentaram. E aqui em São Paulo devido ao passado que era desvio, tráfico de órgão e tudo mais regulamentamos. É muito importante que seja um serviço público. Que seja fiscalizado. Que não esteja nas mãos da iniciativa privada, que aí a corrupção será maior, as coisas serão piores. E a população não será respeitada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Com a palavra a Sra. Tábata.

A SRA. TÁBATA – Boa noite a todos, em nome da Ivanise, que também me

emocionei muito. Sou assessora do Vereador Toninho Vespoli, estou acompanhando algumas discussões junto ao Serviço Funerário, estou aqui mais para falar de duas questões: sempre que a gente participa de audiências públicas fica muito claro que não tem como a gente fazer qualquer debate sem pensar as interseccionalidades que a audiência traz para gente. Por exemplo, viemos falar sobre incinerações das ossadas. Já estamos debatendo condições de trabalho de quem trabalha no serviço funerário, estamos trabalhando saúde mental das mães desaparecidas, estamos trabalhando, acredito que uma coleção de coisas que envolvem essa temática. Isso é muito importante a gente lembrar.

A segunda questão é que convidamos para estar na audiência aqui, o Serviço Funerário Municipal e eles não vieram e era deles inclusive que a gente queria ter a maior resposta e o maior respaldo. A gente quer pensar a política, obviamente da perspectiva dos direitos humanos, mas também uma avaliação técnica do que o Serviço Funerário pode nos trazer em relação a esse tema. E por isso que inclusive trouxemos o Sindisep para defender os trabalhadores do Serviço Funerário, porque tivemos em reunião com eles, inclusive os próprios trabalhadores diziam que essa privatização dos cemitérios atingem diretamente nos trabalhadores. Inclusive, por conta de muitos não serem efetivos, mas porque aqueles que serão remanejados, serão remanejados em secretarias que sequer tem a ver com a sua função. Que é nítido que é um desvio de função. Então a privatização causa mais problemas.

Para finalizar, duas questões: por consequência da minha vida acadêmica, há duas semanas eu li um texto de um antropólogo chamado Achille Mbembe que fala sobre a necropolítica. A necropolítica é o que ele chama de o Estado ele deixa viver e faz o morrer. É deixar viver e fazer morrer e é isso que gera essa necropolítica. É como se o Estado através dessas regulações – eu vou escolher socialmente os que vão viver e vou escolher socialmente

Deixar viver e fazer morrer e é isso que gera essa necropolítica. É como se o Estado através dessas regulações – vou escolher socialmente os que vão viver e vou escolher socialmente aqueles que vão morrer.

Fiquei refletindo, como que essa necropolítica, depois que as pessoas morrem... Isso fica evidente na vida das pessoas como consequência dos familiares e é, por exemplo, como essa indústria da morte que existe no Brasil em relação aos desaparecidos, ao tráfico de órgãos, enfim, diversos temas e a atenção que temos a isso em relação ao direito à memória quando conseguimos cruzar isso, é fundamental. O tema é: desaparecem as pessoas, o Estado mata as pessoas e a gente continua matando e desaparecendo cada vez mais e quando a gente fica sem resposta, a gente continua matando e desaparecendo mais. É como se fosse uma afirmação sem fim, como um ciclo vicioso.

Quem atua no Legislativo e nos mandatos, como nós, é muito importante a regulamentação que a Eliana está trazendo em relação à identificação das ossadas porque não dá mais para a Prefeitura...porque a alegação das incinerações das ossadas da 4ª Parada é sob a justificativa que o Kassab já fez uma incineração dessa em 2005 e também há a justificativa que há o apagamento em relação às identificações.

Ora, se há um problema nas identificações das ossadas, esse problema é de quem? É do Poder Público para limpar um crime colocado aí. Isso é sério e grave.

Então, a regulamentação serve justamente para que isso não ocorra nunca mais.

É fundamental essa coalisão que temos feito para colocarmos em prática algo que é urgente, passou do tempo de colocarmos em prática.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Por último, Sra. Maria do Rosário, assessora do Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Eu nem ia falar, mas fiquei tão impressionada também com tudo que foi dito. O Suplicy não pode estar aqui, mas seguramente também teria ficado bastante impactado.

O que eu queria dizer é o seguinte: vocês sabem que ele é candidato, estamos no meio de uma campanha, mas eu assumo sem medo esse compromisso de aqui ou no Senado,

onde ele estiver, de colocar o gabinete dele à disposição desse debate, da formulação de proposições em relação ao assunto. Não sei se a Tábata, que estuda o tema, ou se já teve aqui na Câmara uma comissão de estudos, mas talvez alguma coisa que a gente possa pensar porque não é um projeto de lei simples de se elaborar e muito menos ser aprovado e mais difícil ainda de ser sancionado, porque por tudo que foi dito aqui há muitos interesses em jogo, por outro lado é uma responsabilidade da nossa Cidade que esconde a sua história embaixo daí dessas caixas, como foi apresentado aqui.

Queria colocar e vou relatar ao Suplicy a audiência e colocar o mandato dele aqui ou no Senado, onde ele estiver, certamente, ele se disporá a colaborar com esse assunto.

É só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Para terminar, a Eliana vai fazer algumas propostas que ela já tem para gente.

Queria propor uma comissão de estudos ou um grupo de trabalho, mas poderíamos conversar – meu mandato e o do Suplicy – com a Juliana, com a Patrícia para não ficar uma coisa da esquerda. Eu acho que a gente tem que conversar. Essa questão é uma coisa da sociedade, é uma coisa de todo mundo. Eu acho que a gente tem que sensibilizar isso. Alguns Vereadores também poderiam participar talvez dessa comissão de estudos ou de um grupo de trabalho; e a gente queria a colaboração das pessoas que estão nessa mesa aqui também, para participar já desse grupo, desse GT. A gente vai conversar direitinho e vamos encaminhar isso. Vamos ver outras propostas que a Dra. Eliana também tem aqui para a gente.

A SRA. TEREZA LAJOLO – Nobre Vereador Toninho Paiva, antes que a Sra. Eliana fale, eu queria chamar atenção para uma coisa importante. V.Exa. disse que os Vereadores devem ter ouvido.

O SR. TONINHO PAIVA – Alguns.

A SRA. TEREZA LAJOLO – Os Vereadores devem ter ouvido. Há uma coisa interessante, que, muitas vezes, nós não consideramos: Primeiro, essa reunião nossa aqui é

transcrita no *Diário Oficial da Cidade*. Se é transcrita, o pessoal lê o *Diário Oficial da Cidade*. Eu me lembro, quando Vereadora, havia um monte de gente que comentava que havia lido. Segundo, eu quero chamar atenção: Os funcionários da Câmara ouvem. Eu sei disso, porque, quando eu fui Vereadora, ouviam tudo e depois iam comentar. Então, nós temos que fazer o seguinte: Ao falar aqui, nós já estamos fazendo com que pessoas saibam dessa questão e também reflitam sobre essa questão. (Palmas)

A SRA. ELIANA VENDRAMINI – Bom, na verdade, eu havia já pensado naquele velho e bom professor: “Não me traga problemas, traga-me também soluções”. E, de fato, quando a gente está lá nas profundezas da questão, fica mais fácil pensar, mas não é fácil pensar sem os senhores. Eu também gostaria, em público, já consignar, no *Diário Oficial da Cidade* e nos corredores desta Casa, que a gente tem que agradecer aos Vereadores que estão unidos pela sociedade. Eu expliquei o porquê nós estamos aqui nesse período. Então, muito obrigada, nobres Vereadores Toninho Vespoli, Eduardo Matarazzo Suplicy, Patrícia Bezerra e Juliana Cardoso e aqueles que continuam lutando por nós, mesmo com as suas questões diárias. Eu acho incrível. A Sra. Tereza Lajolo é um vetor de força meu. Eu acho bárbaro. Também fez parte dessas reuniões o Sr. Adriano Diogo - é muito importante que se diga isso - que foi chamado à luta também. Falo também de pessoas que trabalham diuturnamente, dentre todas que estão aqui. Eu estive em eventos feitos por essa equipe do Sr. Raphael no dia 30, quando a gente não comemora. A gente reverbera a história do desaparecido internacionalmente. Fizeram movimento. Estar aqui é querer fazer parte da solução? A gente pode até discordar, mas a gente não precisa estar presente. Então, não há nenhum demérito nisso, há mérito. A gente agradece também a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e essa equipe, em especial. Há mais uma aqui, que vive salvando os não reclamados na boca do IML, que é o Darko, só não o faz no SVO porque o do SVO é um *bunker* até hoje, que não está dialogando conosco, mesmo fazendo serviço público. O Darko hoje é contratado, era da SMADS Desaparecidos; e hoje é da Secretaria Municipal de Direitos

Humanos e Desaparecidos; e faz um trabalho que começou pessoal.

Então, muito obrigada a todos. Nós somos um grupo. A proposta de lei já estava como um marco legal constitucional. Falo da Constituição de 88 e a lei de 1963. A Sra. Tereza falou sobre isso. Não há nada de inovação. Praticamente o que a gente está querendo fazer veio já da orientação que foi protocolada no Procurador Geral e eu ao lado pela Comissão da Verdade, que a Sra. Tereza participou. Isso é urgente, só que, já iniciando esse trabalho, inclusive conversando com o Vereador Toninho Vespoli, nós encontramos dificuldade sobre também a eficácia do que pode ser feito na municipalidade. Então, a gente precisa fazer esse grupo mesmo.

Ouvir o Sr. Valdemar é uma preciosidade. É aquilo que eu lhes contei. Sabem tudo o que acontece lá. São o respeito mais próximo dos mortos. É isso. Admiro-os mesmo. Muitas coisas que o senhor falou eu sei, mas, como eu não tenho provas, eu não posso dizer publicamente que é verdade. Não é porque eu tenho um compromisso técnico. Eu chamo de marco legal porque isso também está faltando em relação aos desaparecidos, mas não vale ninguém vir aqui dizer que fizeram dessa forma porque não havia lei. Isso porque é uma retórica comum, porque nós temos a Constituição Federal Cidadã e ela fala em dignidade humana e porque nós temos uma lei de 1963, que, por mais que seja obsoleta, não pode deixar de respeitar a Constituição Federal; mas a temática específica está precisando... para evitar esses atos dissimulados. Então, marco legal é tudo, nobre Vereador Toninho Vespoli, e a gente já começou a trabalhar, como eu lhes prometi, há mais de um ou dois meses. A cada vez que eu tenho dúvida, eu tenho que entrar em contato com pessoas como o Sr. Valdemar, perguntando: “Como é essa dinâmica?” É difícil fazer lei. Aqui nós temos que elogiá-los. Cada um faz o seu trabalho, e a maioria é boa, mas esse marco legal já demorou, já demorou, e nós precisamos mesmo, eu nem saí daqui. Eu já iniciei esse trabalho, mas a gente pode fazer reuniões regulares. Sabem o que nós estamos fazendo? Um artigo, por dia, repensando a lei como uma Constituição ao lado, de tão difícil que é. Então, só para ver o que é difícil ser

Legislativo também.

Quanto à tutela do direito à memória e à verdade das ossadas que estão, tanto as não identificadas quanto não reclamadas, chamadas de indigentes, de uma forma totalmente imprópria, eu penso na proposta do Sr. Dimitri. Depois eu acho que o Vereador pode receber isso, nessas propostas, aglutinando a esse ato aqui. É muito bom. O Ministério Público, por meio do inquérito civil, pode chamar o Serviço Funerário e dizer: “Cremar”, Quanto a isso, acho que está claro que nós somos contra. A Constituição Federal é contra, o brasileiro é contra; mas podemos fazer um termo de ajustamento de conduta, sobre como vai ser a arrumação dessas ossadas, o acondicionamento e a história, porque há livro na Quarta Parada. Em Perus, não havia, mas, na Quarta Parada, não se sabe. O Sr. Valdemar contou; e eu fui lá. Eu sei dessa história, mas não se sabe de onde vieram essas ossadas. Não está no livro. Há uma antropóloga que documentou isso. Ela teve autorização para pesquisar isso página por página; e eu vi, durante alguns minutos, uns dois minutos, algumas páginas que estavam mencionadas nos autos. Então, por dever de ofício, eu vi. Não há nada referenciado. Então, eu acho que isso é muito importante, porque a gente resolve a questão do passado, protegendo. Alguém falou aqui: “Não adianta, cada vez que entram com o pedido, a gente sai correndo”. A gente tem que impedir que ele aconteça. Então, já poderíamos fazer um termo de ajustamento de conduta e preservação do patrimônio cultural, representado da mesma forma. Não dá para a gente, no termo de ajustamento, concordar que vai guardado, mas não fazer um ossuário vertical, identificado, dizendo de onde veio aquilo ou não se sabendo de onde veio, fazendo daquilo também um memorial de educação, porque aí ninguém que venha depois, seja por dificuldade de conhecimento do tema ou não, vai poder repetir. É isso que a gente fala com relação à verdade. Verdade foi o que aconteceu. Não vamos dar outro nome para a *causa mortis* – como lembrou a Tereza – e também não vamos deixar acontecer, porque agora está posto, está lá. A orientação internacional é um ossuário vertical, não é uma coisa em cima da outra. É multidisciplinar, mas se a gente fosse falar como chegam os corpos, aí a gente ia entrar num

outro tema. É o que o Sr. Valdemar contou que puxavam na carroça, chegando tudo também da forma mais indigna possível.

Há a consciência de que pessoas desaparecidas podem estar identificadas por técnicas antropológicas. Isso parece louco. Acho que os antropólogos querem morrer com a gente e os sociólogos também, mas o trabalho que vem sendo feito com relação à memória e à verdade e com as ossadas de Perus é abrir os olhos tanto para um sistema integrado de dados quanto pela busca antropológica. A história passou. Demorou tanto que passou pela própria história da Ivanise. Então, isso inclui também a gente falar o que pessoas acham talvez no próprio serviço. Podem falar: “Eu acho que cremar está tudo bem, porque a família não vem buscar”. “Não, não”.

A remodelação é a mesma coisa da memória e a adoção do marco legal. Quando a Tereza leu as orientações da comissão, elas são até mais claras e melhores concebidas do que isso, mas está tudo aqui.

Eu queria finalizar dizendo que, por uma das antropólogas que já fez parte do grupo de Perus, existem desaparecimentos civis que foram identificados dentre os políticos. Eu estou sabendo disso. Então, é capaz que a gente informe famílias sobre uma história lá de 1990, porque é muito anterior a 90. Só para os senhores entenderem, quando misturaram, misturaram todas as vítimas, as políticas e as não políticas, e a gente não pode ficar... Não é justo a força do Estado sob um indivíduo ou um grupo de indivíduos.

É incrível o seu trabalho e incrível é a sua postura. O Sr. Toninho Vespoli está bem servido. Esse grupo é forte. Se puderem falem. Os senhores já falam, mas vamos falar mais e vamos colocar lá na nossa ação também alguma forma de conscientização, por meio da educação, porque, como a educação é tudo, a gente precisa dizer que isso aconteceu, que isso é importante e que a antropologia é importante, porque nós estamos perdendo, e, nessas reformas educacionais, cada vez, tiram mais coisas.

Obrigada por tudo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli – Tem a palavra a Sra. Tereza Lojola.

A SRA. TEREZA LOJOLA – Eu quero só acrescentar uma coisa: Vai para Deputado Estadual? Tudo bem, mas nós temos, no Estado, também questões para colocar. É o seguinte: a recomendação nossa é dar segmento à construção de uma política municipal e uma rede intersetorial de apoio, localização e identificação de desaparecidos. Isso aqui é o PLID - Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos, e não é só questão municipal. Tem que ser articulado com todo o processo, não só IML e SVO, mas também as delegacias, com tudo.

Outra coisa que a gente deve lembrar também está aqui, a recomendação: Cobrar do Governo Estadual a criação do banco de dados de pessoas desaparecidas, previstas em lei, reduzindo a incidência de sepultamentos de desconhecidos e não reclamados. Já existe lei estadual para isso, e não se implementou até hoje.

A SRA. ELIANA VENDRAMINI – Tereza, eu tive que mover ação civil pública. Há uma ação civil pública do Ministério Público de São Paulo pela Promotoria de Direitos Humanos. Já perderam quanto crianças e adolescentes e recorrerem. Não querem fazer o sistema integrado. É muito sério. Recorreram, dizendo que já fazem o que precisa ser feito. Sistema integrado, só para entender, é fazer com que todo mundo que esteja possivelmente com uma pessoa sendo procurada pela família... Melhor exemplo, uma pessoa que não está identificada ou não se comunica no hospital: Coloquem no sistema, para que todo mundo que trabalhe com isso... Recorreram. Perderam. A Juíza tornou procedente a existência desse sistema para criança e adolescente. Há um para todas as idades. Perderam a ação e recorreram. Não só foi o reexame necessário que existe, que vai para o Tribunal de Justiça. Recorreram. Então, a luta continua.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Agradeço a participação de todos e encerro essa audiência pública. (Palmas)